

**ISRAEL JOSÉ LINHARES**

POTENCIAL DE ATRAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA FRENTE AO  
INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO.

**FLORIANÓPOLIS - SC**

**2005**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SÓCIO ECONÔMICO**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

POTENCIAL DE ATRAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA FRENTE AO  
INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO.

**ISRAEL JOSÉ LINHARES**

**FLORIANÓPOLIS - SC**

**2005**

**ISRAEL JOSÉ LINHARES**

POTENCIAL DE ATRAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA FRENTE AO  
INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO.

Monografia apresentada ao departamento do  
Curso de Ciências Econômicas da  
Universidade Federal de Santa Catarina para  
obtenção do título de bacharel em Ciências  
Econômicas. Orientadora: Prof.º Dra.  
Patrícia Fonseca Ferreira Arienti.

**FLORIANÓPOLIS**

**2005**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota \_\_\_\_\_ ao aluno **Israel José Linhares** na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

---

Prof.º Dra. Patrícia Fonseca. Ferreira Arienti  
Presidente

---

Prof.º Dr. Luiz Carlos de Carvalho Júnior

---

Prof.º Dr. Eraldo Sérgio Barbosa da Silva

## **AGRADECIMENTOS**

**Aos meus pais, amigos e professores;**

Em especial a minha orientadora que auxiliou na elaboração deste trabalho;

*E a todos que de alguma forma estiveram presentes.*

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>14</b>
<b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....</b>	<b>15</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<u>1.1 Problemática .....</u>	<u>8</u>
1.2 Objetivos.....	12
1.2.1 Objetivo geral <u>12</u>	
1.2.2 Objetvos gerais .....	12
1.3 Metodologia.....	<u>12</u>
<b>CAPÍTULO II – O INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO E AS MUDANÇAS NO CENÁRIO INTERNACIONAL .....</b>	<b>14</b>
<u>2.1 Definições e determinantes do IDE.....</u>	<u>14</u>
2.2 O contexto internacional.....	17
2.3 O comportamento da economia brasileira – Uma perspectiva histórica.....	25
<b>CAPÍTULO III – O INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO PRESENTE NA ECONOMIA BARSILEIRA NOS ANOS 90 .....</b>	<b>29</b>
3.1 Processo de abertura comercial da economia brasileira .....	29
3.2 O comportamento do IDE na economia brasileira .....	33
3.3 O IDE por ramo de atividade no Brasil .....	37
3.4 O IDE por região do país .....	43
<b>CAPÍTULO IV - CARACTERÍSTICAS DO IDE NA ECONOMIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.....</b>	<b>47</b>
4.1 Notas sobre o estado de Santa Catarina .....	47
4.2 O desempenho da indústria catarinense – uma análise comparativa .....	49
4.3 A participação do estado de Santa Catarina no total dos fluxos de IDE para o país. .	53
<b><u>CAPÍTULO V - CONCLUSÃO .....</u></b>	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>61</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>65</b>

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Fluxos de investimento direto estrangeiro no Brasil nos anos de 1990 a 1995 e 1996 a 2001 em US\$ milhões e em percentagem .....	34
Tabela 2: Relação das fusões e aquisições / IDE 1990-95 e 1996 a 2001 em percentagem.	35
Tabela 3: Investimento direto externo no Brasil por país de origem nos anos de 1995 a 2004 em percentagem .....	37
Tabela 4: IDE por distribuição dos recursos nos anos de 1995, 1996 a 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004 em US\$ milhões e em percentagem.....	38
Tabela 5: Distribuição do IDE por atividade econômica de aplicação dos recursos e estoque dos anos 1995 e 2000 e ingressos de 2001 a 2004 em percentagem.....	40
Tabela 6: Estoque de IDE por região do Brasil nos anos 1995 e 2000 em US\$ milhões e em percentagem.....	43
Tabela 7: Estoque de IDE por estado brasileiro nos anos 1995 e 2000 em US\$ milhões e em percentagem.....	45
Tabela 8: Unidades de indústria instaladas em Santa Catarina dos anos de 1996 a 2002 em unidades locais.....	50
Tabela 9: Distribuição das unidades industriais por setor de atividade em Santa Catarina no ano 2002 em percentagem.....	51
Tabela 10: Receita líquida das vendas da indústria em 2002 em US\$ milhões e em percentagem.....	52
Tabela 11: Investimento direto externo por país de origem com apoio do PRODEC em Santa Catarina no ano 2001 em R\$ mil e em percentagem.....	54
Tabela 12: Empresas Multinacionais entre as 500 maiores com sede em Santa Catarina no 2001 em US\$ milhões.....	55

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

AL: América Latina

BACEN: Banco Central do Brasil

CEE: Comunidade Econômica Européia

DECEC: Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio

ETN: Empresa Transnacional

FGV: Fundação Getúlio Vargas

FMI: Fundo Monetário Internacional

GATT: Acordo Geral de Tarifas e Comércio

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDE: Investimento Direto Externo

OCDE: Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OCEE: Organização para a Cooperação Econômica Européia

OPEP: Organização dos países Exportadores de Petróleo

PD: Países Desenvolvidos

PMD: Países em Desenvolvimento

PRODEC: Programa de Desenvolvimento Econômico

SOOBETT: Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais

UNCTAD: Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento



## **RESUMO**

O objetivo do trabalho é analisar o potencial de atuação do estado de Santa Catarina frente os fluxos de investimento direto externo (IDE) a partir da década de 90. A ênfase é dada à expansão dos fluxos de investimentos diretos para a economia brasileira, mediante a avaliação das empresas transnacionais – agentes responsáveis pelo IDE - após a implementação de medidas como: a abertura comercial e a estabilização econômica. A partir da segunda metade da década de 90, o Brasil vê-se dotado de um intenso fluxo de IDE representado, principalmente, pelos processos de privatização, fusão e aquisição. O comportamento assumido por este capital no interior da economia brasileira delineou os grandes ramos de atividade, sendo o setor de serviços apontado como o maior responsável, seguido pela indústria. Ocorre uma forte concentração dos IDE na região sudeste do país detentora de um atrativo mercado doméstico. Os resultados apontam Santa Catarina como um estado potencialmente apto a receber volumes mais significativos de IDE, principalmente nos setores industriais.

## **CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO**

### **1.1 Problemática**

As inúmeras mudanças ocorridas no cenário internacional ao longo do século XX foram direcionando o rumo da economia capitalista. Em especial, a criação de um sistema, que previa estabelecer um novo padrão internacional chamado Bretton Woods, em 1944, tinha o objetivo de assegurar o crescimento econômico e garantir a prosperidade dos países. Possuía como moeda chave o dólar e adotava um regime de taxas de câmbio fixa. Como forma de apoio, previa a criação de dois órgãos mundiais - o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial – que serviriam para supervisionar e reger a ordem mundial, fornecendo empréstimos de longo prazo aos países destruídos pela guerra.

O resultado da implementação do novo sistema foi um forte crescimento econômico nos países europeus e, conseqüentemente, o crescimento do comércio internacional. Os empréstimos cedidos pelo Banco Mundial forneceram aos países certa mobilidade de capital, que culminaria na instalação de empresas transnacionais, através de investimento direto, tanto para os países desenvolvidos, quanto para os países em desenvolvimento, porém em menor grau.

Em 1973, diante dos percalços enfrentados pelo primeiro choque do petróleo, o Sistema Financeiro Internacional entraria em colapso, levando a quebra da paridade fixa do câmbio. A conseqüência maior foi a queda brusca da balança comercial dos países, em maior proporção dos países em desenvolvimento. O socorro viria através do FMI, com volumosos empréstimos direcionados ao crescimento econômico. Mais tarde, o segundo choque do petróleo resultaria no aumento das taxas de juros e numa grave recessão para os países desenvolvidos. Para os países em desenvolvimento, o resultado foi ainda mais desastroso, pois significou uma explosão no custo da dívida externa.

Da incapacidade dos países em desenvolvimento em honrar o pagamento de suas dívidas, o FMI, elabora dois planos - o Plano Baker (1985), e o Plano Brady (1989) - com o intuito de promover o crescimento das nações devedoras, envolvendo liberalização das economias e cortes nas despesas do governo, além de novos empréstimos e um programa de redução da dívida.

A implantação de uma política de liberalização econômica, imposta pelo FMI aos países em desenvolvimento, somadas a um processo de desregulamentação econômica e redução de protecionismo, levaram os principais países exportadores de capitais, como Alemanha, Inglaterra e Japão, a alterar o padrão de IDE, ou seja, atribuir uma maior importância ao IDE na composição do PIB (AMAL, *et. al.*, 2002, p. 44).

Assim, experimentou-se nos anos 80 um crescimento no volume de IDE nos países desenvolvidos, salvo o período que se inicia em 1988, em que ocorre uma diminuição nos fluxos internacionais de capital devido ao baixo dinamismo da economia mundial. A partir de 1993, a economia mundial entraria em uma nova fase de expansão dos fluxos mundiais de IDE e, conseqüentemente, adotaria um novo direcionamento. A partir de então, os países em desenvolvimento, dividiriam o espaço de atuação do IDE com os países desenvolvidos. Este comportamento foi consideravelmente influenciado pelo processo de globalização econômica do período.

Segundo Gonçalves (1999), o processo de globalização econômica pode ser entendido como a ocorrência simultânea de três processos: a expansão extraordinária dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; o acirramento da concorrência nos mercados mundiais; e a maior integração entre os sistemas econômicos nacionais. Nesta etapa do desenvolvimento capitalista, o padrão de inserção internacional da economia brasileira vem sendo moldado pela evolução do quadro político-econômico, acelerando o processo de internacionalização do capital. Este capital passa a ter um papel de destaque, determinando a evolução econômica do país, seja na forma de empréstimos ou financiamentos, seja na forma de investimento de *portfólio* ou investimento direto.

Amal, *et. al.* (2002), destaca que os investimentos estrangeiros podem ser classificados como investimentos diretos e de *portfólio*. Os investimentos de *portfólio* correspondem a fluxos de capital não orientados para o controle operacional da empresa receptora. Por sua vez, o investimento direto, segundo definição adotada pelo FMI (1998), é um investimento que busca um interesse concreto em determinada empresa cuja exploração ocorre em outro país de origem diferente do investidor. O IDE tem por objetivo influenciar na gestão de tal empresa, sendo necessário, para isso, possuir no mínimo 10% ou mais de ações com poder de voto ou equivalente. Deste modo, o ingresso de investimento direto estrangeiro pode se dar através de três formas: entradas líquidas de

capital, pela compra de participação em empresa já existente ou criação de alguma subsidiária ou filial; lucros não distribuídos ou reinvestidos; e empréstimos líquidos de curto prazo e adiantamentos da matriz à filial.

De modo geral, “o IDE refere-se a todo fluxo de capital estrangeiro destinado a uma empresa (residente) sobre a qual o estrangeiro (não-residente) exerce controle sobre a tomada de decisão” (GONÇALVES, 1999, p. 24). Cabe ressaltar, ainda, que se tratando de IDE um agente econômico estrangeiro atua na economia nacional por meio de subsidiárias ou filiais. Assim, as relações contratuais permitem as transferências de *Know-how*, marcas, patentes franquias, dando o poder aos agentes nacionais produzirem bens e serviços que têm origem no resto do mundo.

De acordo com Lacerda (2003), o processo de fusões e aquisições de empresas é um fenômeno internacional que tem crescido muito nos últimos anos. Pressionadas pelas mudanças no mercado e por margens de rentabilidade cada vez menores, as empresas preferem vender parte ou totalidade de sua empresa, para redimensionarem sua posição no mercado. Este processo de fusões e aquisições, ainda, pode ser visto como uma espécie de motor para os investimentos realizados internacionalmente. No mercado brasileiro, nos anos 90, ocorreu um crescimento considerável destas transações impulsionadas pela abertura comercial.

Para Coutinho (1996), na década de 90, a situação econômica dos países da América Latina, incluindo a economia brasileira, começa a convergir num esforço para alcançar a estabilidade econômica e a reestruturação produtiva, a partir da disponibilidade de linhas de financiamentos e de investimentos externos. Neste sentido, a redução das taxas de juros dos países industrializados e a recessão econômica dos países do G-7, nos anos 90/92, possibilitaram que os países em desenvolvimento se tornassem grandes receptores dos fluxos de investimentos estrangeiros.

Aproveitando este cenário, o governo brasileiro, a fim de estimular a concorrência e modernizar a economia, adotou uma política de abertura econômica e implantou uma política de estabilização baseada em reformas monetária e cambial, promovendo condições para atrair capitais externos nas formas financeira e produtiva. O Plano Real implantado em julho de 1994 acaba com o processo inflacionário do país e fornece solvência para a entrada das ETNs.

O processo de globalização, juntamente com a abertura comercial, impõe um relacionamento das firmas nacionais com a rede produtiva internacional, resultando numa série de contribuições, tanto no âmbito tecnológico quanto nas relações comerciais, gerando maiores oportunidades de comércio e investimento, com ganhos de produtividade e redução de custos operacionais e financeiros (IEDI, 1998 *apud* Cario *et. al.*, 2003). A partir deste contexto, o país passou a atrair mais IDE e se destacou como um dos grandes receptores mundiais na década de 90, sendo mais expressivo o volume a partir de 1995.

A aplicação deste capital na economia brasileira teve lugar garantido tanto na indústria, quanto no setor de infra-estrutura e serviços. Até 1995, a indústria era a maior responsável pela atração do IDE. No entanto, a partir da estabilização econômica alcançada pelo Plano Real, e pelo programa fortíssimo de privatizações de grandes estatais, o setor de serviços passa a atrair a maior quantidade de IDE no país.

De acordo com os resultados do Censo de Capitais Estrangeiros, realizados pelo Banco Central nos anos de 1995 e 2000, pode-se observar que a maior concentração de IDE no interior do país cabe a região sudeste, sendo o estado de São Paulo o principal receptor desta modalidade de investimento, correspondendo a 66% de todo IDE aplicado no Brasil. A região sul vem em segundo lugar na atração do IDE. Apresenta uma trajetória crescente ao longo dos anos, sendo o Rio Grande do Sul o principal estado desta região a receber fluxos de IDE.

Apesar de Santa Catarina estar inserida no centro econômico de maior atuação do IDE, Voidila (2003) destaca que o estado possui a menor participação dentre as regiões de maior absorção de estoque de capital externo. Seu percentual se matem praticamente constante, passando de 0,7% em 1995 para 0,6% em 2000. Todavia, o estado apresenta características favoráveis a atuação de empresas multinacionais. Destaca-se o potencial da indústria em diferentes ramos, dentre eles ramos de atividades industriais de forte atuação do investimento direto.

Vista a possibilidade de crescimento apresentado pela região sul do país, em face ao movimento do estoque de capitais externos no Brasil, torna-se necessária uma avaliação da performance do Estado de Santa Catarina, no que tange a atração desta modalidade de investimento.

Considerando que o movimento de investimento direto externo foi crescente ao longo da década de 90 na economia brasileira, cabe discutir o potencial econômico de Santa Catarina frente a atração do IDE. Logo se busca responder o seguinte problema: Quais as características assumidas pelo estado de Santa Catarina frente ao potencial de atuação do IDE na economia brasileira?

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo geral**

Analisar o potencial de atração quanto ao investimento direto externo do estado de Santa Catarina, a partir dos anos 90, como parte do movimento de ingresso de capital externo na economia nacional.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

- Descrever as mudanças ocorridas no cenário internacional que levaram a uma maior atuação do investimento direto externo.
- Apresentar a forma de atuação do investimento direto externo, no Brasil, a partir da segunda metade da década de 90.
- Analisar o potencial de atração e as características do estado de Santa Catarina frente o grande fluxo de investimento direto externo.

## **1.3 Metodologia**

O presente estudo aborda uma análise descritiva do comportamento do IDE na economia brasileira, a fim de estabelecer o potencial de atração da economia catarinense

diante deste capital. Lembrando que em uma pesquisa descritiva o importante é conhecer a natureza do assunto, procurando descrevê-lo, classificá-lo e interpretá-lo. (RUDIO, 1985).

O segmento do trabalho abordará um estudo baseado em pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Entende-se por pesquisa bibliográfica como sendo a pesquisa desenvolvida a partir do material já elaborado, tendo como fonte principal livros e artigos científicos; já pesquisa documental vem a ser materiais que ainda não receberam tratamento analítico, como reportagens, artigos técnicos, publicações, relatórios, dentre outros. (GIL, 1989).

Para atender ao desenvolvimento do objetivo primeiro, quanto às mudanças ocorridas no cenário internacional que levaram a expansão dos fluxos de investimento direto externo e conceituação geral do tema, recorrerá a livros e textos que procuram conceituar as várias questões.

No tocante ao segundo objetivo, que trata de apresentar a configuração que o país assume frente às mudanças ocorridas na economia internacional, mensurando os fluxos de IDE que atuam nos diferentes ramos industriais do país, a fim de buscar retratar seus impactos na economia nacional. Para tanto recorrerá a instituições como o BACEN, a dissertações, livros e artigos.

E por fim, no que se refere ao foco principal do problema, que é avaliar o potencial de atuação do IDE na economia de Santa Catarina, a pesquisa encontrou sérias limitações. O Censo de Capitais Estrangeiros do Banco Central do Brasil fornece anualmente o volume de investimento direto externo para a economia brasileira, em seus respectivos ramos de atividades. No entanto, sob unidade de federação existe somente dois censos publicados, anos base 1995 e 2000. A ausência de dados para o estado de Santa Catarina, sobre o IDE, a partir do ano 2000, dificultou a quantificação exata da participação do estado frente à economia nacional. Deste modo, para atender ao objetivo, recorrerá a livros, textos e dados expressos em diferentes fontes, tendo como principal a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico – Programa de Desenvolvimento Econômico (PRODEC), e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

## **CAPÍTULO II – O INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO E AS MUDANÇAS NO CENÁRIO INTERNACIONAL**

Diversos acontecimentos, como a crise da dívida externa dos países emergentes e mais tarde a crescente liberalização sofridas por estas economias, acabariam por direcionar o rumo da aplicação dos fluxos de investimentos diretos externos, que a partir da segunda metade da década de 90, mostram-se crescentes. Deste modo, o objetivo deste capítulo é apresentar a configuração assumida pelos fluxos de investimentos internacionais, na forma de investimento direto externo. Serão abordados, para tanto três seções. Primeiro será abordado a definição do IDE, bem como seus determinantes. Depois se faz uma descrição das mudanças ocorridas no cenário internacional que afetam o comportamento dos investimentos internacionais. Finalmente, destacam-se as mudanças ocorridas na economia brasileira a partir das alterações na trajetória da economia mundial.

### **2.1 Características e determinantes do investimento direto externo**

A internacionalização dos fluxos de capitais e do comércio exterior representa uma das inúmeras saídas que o sistema capitalista encontrou para realocar os insumos na economia mundial em busca da maximização dos resultados.

Nonnenberg *et. al.* (2004), apoiado na teoria de Ohlin (1933), argumenta que a principal motivação dos agentes internacionais de investir em outros países está associada à obtenção de altas taxas de lucro que mercados em crescimento podem oferecer. A possibilidade de obter financiamentos a taxas de juros mais baixas em seus países de origem facilitaria a aplicação de investimentos em outras economias. Para Williamson (1996, p. 112), “o investimento internacional permite uma transferência de recursos dos países onde a poupança é abundante em relação às oportunidades de investimento para as que estão em situação oposta”. Assim, as duas partes que realizam o investimento internacional, podem ter seu bem-estar aumentado, elevando seu nível de renda, através da realocação dos recursos internacionais.

A empresa transnacional (ETN), reconhecida como o agente responsável pela aplicação de investimento direto externo em países, que não o seu de origem, tomará suas



decisões a respeito do potencial de concorrência com as empresas locais, conhecedoras do mercado, para então adentrar no mercado novo. A avaliação feita pelas ETNs será baseada na obtenção de vantagens competitivas que permitirão a estas a possibilidade de sucesso em novos mercados.<sup>1</sup> Havendo a presença de vantagens em relação à empresa nacional, as ETNs, ao invés de exportarem, realizarão investimentos diretos (Nonnenberg et. al., 2004).

De acordo com Laplane e Sarti (1997), o que leva as empresas estrangeiras a promoverem a internacionalização produtiva seria uma combinação entre vantagens de localização, vantagens de propriedade e vantagens de internacionalização. A primeira vantagem está ligada a fatores de ordem natural que fazem com que a empresa associe estas vantagens à possibilidade de reduzir custos. Quanto às vantagens de propriedade, estas se referem à propriedade dos ativos (produtivos, tecnológicos, financeiros, etc), que deixam a empresa estrangeira numa posição mais confortável em relação aos produtores locais. Finalmente, as vantagens de internacionalização dizem respeito à comparação do custo e do risco envolvido na instalação de uma filial.

Dunning (1993 *apud* Nonnenberg et. al., 2004), apresenta quatro razões para que a empresa invista no exterior: a busca de recursos, a busca de mercados, a busca de eficiência e a busca de ativos estratégicos<sup>2</sup>. Quando a empresa estrangeira apresenta vantagens de propriedade sobre determinados ativos da empresa doméstica, esta pode usar estas vantagens de propriedade para obter vantagens de internacionalização. Diante disso, a empresa estrangeira, tomará sua decisão de produzir em outro país, se existirem vantagens locais. Outro fator relevante na decisão do investimento direto externo é a estratégia de longo prazo estabelecida pela ETNs.

As empresas transnacionais irão avaliar o potencial das economias hospedeiras, para tomar suas decisões quanto à aplicação do investimento direto externo. De acordo com Nonnenberg et. al. (2004) , o tamanho do mercado, a taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB), a estabilidade econômica, o grau de abertura, além de algumas

---

<sup>1</sup> Hymer (1976), afirma que as empresas transnacionais terão capacidade de competir com as empresas locais, que são conhecedoras de seus mercados, quando possuem vantagens compensatórias como, por exemplo, diversificação de produtos, discriminação ao acesso ao capital, economias de escala e intervenção governamental. In: Nonnenberg et. al. (2004, p. 2).

<sup>2</sup> Os principais determinantes econômicos apontados pela empresa transnacional no país hospedeiro são: busca de mercado: tamanho, crescimento e estrutura do mercado, preferências específicas dos consumidores e acesso a mercados globais ou regionais; busca de recursos/ativos: matéria-prima, mão-de-obra e ativos tecnológicos; busca de eficiência: avaliação de custos. Ver Moraes (2003, p. 125).

variáveis institucionais são as principais variáveis apontadas na avaliação destas empresas para aplicação dos investimentos diretos em outras economias. O comportamento macroeconômico da economia receptora, assim como as vantagens que a empresa transnacional exhibe frente à empresa local, moverão os determinantes da aplicação do IDE.

Chesnais (1996) argumenta que o IDE não possui como característica a liquidez imediata. Ao contrário, essa modalidade de investimento possui um caráter de longo prazo, diferentemente do comércio internacional. Além disso, o autor, também afirma que o IDE, por qualquer que seja seu destino, representa a soma dos seguintes elementos:

- Aportes líquidos de capital pelo investidor direto, sob forma de ações ou quotas, aumento de capital ou criação de empresas;
- Empréstimos líquidos, incluindo empréstimos a curto prazo e adiantamentos feitos pela matriz a sua filial;
- Lucros não distribuídos (reinvestidos).

Levando em conta a integração das ações das empresas estrangeiras, propõe-se a classificação do IDE conforme quatro principais tipos de projetos (BREWER, 1993 *apud* AMAL, 2000).

O primeiro deles, *market-seeking projects*, diz respeito a investimentos orientados a atender o mercado interno dos países receptores do IDE. Este tipo de investimento possui efeito de substituição de importações. Pode ainda, estimular o comércio, particularmente, quando as novas subsidiárias instaladas utilizam produtos intermediários do país de origem do investimento no seu processo de produção.

O segundo tipo de projeto, denominado *efficiency-seeking projects*, está ligado a investimentos direcionados na busca de menores custos de produção, se aproveitando de economias de escala e escopo. Neste caso o IDE “é criador de comércio ao nível da firma, na medida em que reflete uma estratégia da empresa multinacional baseada na racionalização de suas operações e a especialização de suas filiais dentro de uma rede única de negócios internacionais” (AMAL *et. al.*, 2002, p. 43). Este tipo de projeto orienta-se tanto para o mercado doméstico quanto para o mercado internacional.

Quanto ao terceiro tipo de projeto, *resource-seeking projects*, resume-se na busca pela matéria-prima e mão-de-obra com custos relativamente baixos. Neste caso, “o IDE

está associado ao desenvolvimento de atividades de exportação de produtos intensivos nos recursos disponíveis nos países receptores”. (AMAL, 2000, p. 55).

No que compete ao último projeto, *Asset-Seeking Projects*, este está ligado ao caso em que os ativos estratégicos das empresas estrangeiras são obtidos através da instalação de fusões, aquisições ou operações de *joint ventures*. “O objetivo é garantir a realização de sinergias com o conjunto de ativos estratégicos já existentes por meio de uma estrutura de propriedade comum para atuar em mercados regionais ou globais” (AMAL, 2000, p. 56).

Diante do exposto, cabe agora, demonstrar como ocorreram as mudanças na economia mundial que levaram os países, e suas respectivas empresas, a internacionalizarem sua produção, bem como as mudanças ocorridas no cenário internacional que direcionaram o rumo do IDE.

## **2.2 O contexto internacional**

De acordo com Roberts (2000), os anos 30 foram marcados pelo colapso do comércio internacional e dos fluxos financeiros internacionais, pois os países de modo geral impunham barreiras tarifárias e restrições aos fluxos de capital. Com o início da segunda grande guerra em 1939, à situação se agravou ainda mais. A preocupação mundial, mesmo durante a guerra, era com o rumo que a economia mundial tomaria no pós-guerra. As duas moedas fortes da época, o dólar americano e a libra esterlina, passaram a flutuar, abandonando a paridade fixa. Ainda em 1944 e 1945, países se reuniram em uma conferência para estabelecer um novo padrão financeiro internacional que pudesse promover o crescimento econômico e a prosperidade no pós-guerra, desassombrando os rumores da depressão de 30.

O novo sistema criado recebeu o nome de Bretton Woods, devido à localização onde a conferência foi realizada. O novo padrão financeiro internacional que se estabeleceu, tinha como moeda-chave o dólar e a taxa de câmbio voltava a ser fixa, porém ajustável.<sup>3</sup> Juntamente à criação do sistema, duas organizações internacionais, destinadas a supervisionar o surgimento de uma ordem econômica internacional, foram criadas: o Fundo

---

<sup>3</sup> Um sistema de taxas de câmbio fixas, porém ajustáveis, significa que as demais moedas atribuem uma paridade em relação ao dólar, mas podem flutuar em torno desta paridade definida, por exemplo + ou - 1%. Ver Roberts (2000, cap. I).

Monetário Internacional – FMI, para tratar de questões monetárias e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial, que tinha o objetivo de promover um fluxo de empréstimos de longo prazo para a reconstrução e o desenvolvimento (WILLIAMSON, 1996).

No fim da guerra, os Estados Unidos experimentavam uma fase de ascensão, enquanto que o continente europeu encontrava-se destruído. É neste contexto que os EUA fornecem um pacote maciço de dólares para a reconstrução da Europa, o chamado Plano Marshal. Os fundos do plano eram administrados pela Organização para a Cooperação Econômica Européia (OCEE). Mais tarde, já concluída sua tarefa de reger os recursos do Plano Marshal, esta organização, sofreria mudanças tornando-se, o Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a qual já fazem parte Japão, EUA e o Canadá. A consequência deste pacote, para os EUA, foi um forte superávit em conta corrente, tendo os déficits europeus como contrapartida. Todavia, já na década de 50, o inverso ocorre. Os EUA experimentam o déficit no seu balanço de pagamento, enquanto os países europeus voltavam a exibir saldos positivos, verificando, assim, aumento nas suas reservas em dólares e o melhoramento do comércio internacional (ROBERTS, 2000).

Até o final dos anos 50, as atividades de negócios internacionais tinham maior representação nos investimentos de *portfólio*, uma vez que as empresas multinacionais, nesta época, possuíam pouca expressão dada à baixa mobilidade de capital e às políticas nacionalistas no período pós-segunda guerra. Nos anos 60, porém, este quadro começa a sofrer alterações. As ETNs alcançam um grau mais elevado de integração tecnológica e rumam em busca de mercados com um grande potencial para empregar seu capital. Dotadas de capital e tecnologia, as ETNs, avaliam suas vantagens frente ao mercado alvo, e assim realizam o investimento, e é nestes termos, que o IDE toma-se mais expressivo (AMAL *et. al.*, 2002).

O continente europeu continuou crescendo fortemente entre 1960 a 1973, assim como o Japão, que chegou a experimentar crescimento anual em torno de 10%<sup>4</sup>. De modo geral a expansão dos países, esteve ligada a crescente expansão do comércio internacional. O crescimento dos fluxos internacionais foi tão intenso, que praticamente, quadruplicaram no período 55 – 73, sendo os principais responsáveis por tal expansão, o intercambio de

---

<sup>4</sup> Ver Williamson (1996, p. 9).

produtos manufaturados entre os países desenvolvidos (PDs), estimulados pela liberalização do comércio, especialmente, na Comunidade Econômica Européia (CEE), e pela redução das tarifas promovidas pelo Acordo Geral de Tarifas e Comércio<sup>5</sup> (GATT) (WILIAMSON, 1996).

Parte integrante deste crescimento, segundo Wiliamson (1996), provinha da mobilidade de capital. O Banco Mundial promoveu uma série de empréstimos aos países em desenvolvimentos (PMDs), o que representou um grande movimento internacional de capitais. Outra forma sob o qual o capital internacional ganhou mobilidade foi através do capital sob forma de IDE, tanto em PDs quanto em PMDS, ou seja, através da instalação de empresas transnacionais.

No entanto, esta prosperidade não poderia durar para sempre, uma vez que os sucessivos déficits no balanço de pagamentos dos EUA, demonstravam que o dólar estava sobrevalorizado. A economia mundial começou a enfrentar sérios problemas quanto à liquidez, o que forçou em 1971, o alargamento na banda de flutuação do sistema de Bretton Woods, numa tentativa desesperada de salvar o sistema. Em 1972 o Reino Unido, em decorrência de seu próprio déficit vê-se obrigado a tornar a libra flutuante. Somado a isso, em 1973, a Organização dos países Exportadores de Petróleo (OPEP) quadruplicou o preço do barril de petróleo. O primeiro choque do petróleo, intensificou a inflação e a recessão, e acabou provocando o desequilíbrio dos balaços de pagamentos. Estaria assim, formado o quadro que levaria a flutuação das demais moedas da CEE. Desta forma, o sistema de Bretton Woods ao final em 1973, encerrava-se, enquanto os países adotavam o câmbio flutuante (ROBERTS, 2000).

A partir de 1973 o sistema financeiro internacional entra em uma nova realidade, no qual convive com sistema de câmbio flutuante. Segundo Roberts (2000), o primeiro choque do petróleo atingiu os países desenvolvidos gerando um processo inflacionário. Países como o Japão, altamente dependentes da importação de petróleo, viram seu superávit em conta corrente de US\$100 milhões em 1973, transformar-se em um déficit de US\$4,5 bilhões de dólares no ano seguinte. O choque do petróleo, no entanto, ainda foi mais

---

<sup>5</sup> O Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) originou-se em uma conferência em Genebra no ano de 1948. As obrigações do GATT eram estabelecer regras para a política comercial, como: não aumentar tarifas; não impor restrições quantitativas (cotas) e assegurar a condição de “nação mais favorecida” a todos os membros do GATT. Ver Williamson (1996, p. 277-282).

prejudicial aos países em desenvolvimento, os quais viram suas balanças comerciais, que já eram deficitárias, em 1973, com um saldo de US\$8,7 bilhões passar a US\$51,3 bilhões em 1975. Neste período, o FMI e alguns bancos internacionais iniciam uma promoção de empréstimos aos países em desenvolvimento. A entrada destes recursos externos, possibilitou aos PMDs a rápida expansão econômica. No entanto, como contrapartida, a entrada destes recursos, os PMDs, experimentaram o crescimento de sua da dívida externa, que passa US\$ 130 bilhões em 1973 para US\$ 336 bilhões em 1978. Todavia, o problema maior ainda estava por vir, pois o segundo choque do petróleo, em 1979, elevou novamente os preços do petróleo. Os países da OCDE, a fim de controlar a inflação que este geraria para a economia mundial, reagem adotando política econômica restritiva. Os EUA aumentam suas taxas de juros, passando de 9,5% em 78, para 16,6% em 1981.<sup>6</sup>

O resultado na economia mundial foi uma grave recessão para os países desenvolvidos, com resultados ainda mais desastrosos para os países em desenvolvimento. O custo da dívida simplesmente explodiu, no Brasil, em 1982, representava o montante de US\$ 92,8 bilhões<sup>7</sup>. Muitos países, já no início da década de 80, viram-se incapazes de pagar o que deviam, visto que boa parte deste dinheiro tomado emprestado, não foi utilizado para investir em projetos sólidos no parque industrial e sim para aplicar em empresas estatais ineficientes, desta forma, não gerando um retorno em forma de crescimento econômico para os países. O México foi o pioneiro, em 1982, viu-se incapaz de honrar sua dívida, decretando moratória. Esta resultou em choque para os bancos emprestadores, pois muitos deste emprestaram mais do que seu próprio capital, se expondo demais ao risco. O medo provinha da incerteza de outros países da América Latina também se mostrarem incapazes de pagar suas dívidas (ROBERTS, 2000).

Ao longo do processo de renegociação da dívida, e preocupado com a situação dos bancos emprestadores, e do reflexo que a suspensão dos pagamentos da dívida poderiam gerar na economia mundial, o FMI, começa a renegociar a dívida, tornando-se o prestador principal. Aos países endividados caberia seguir uma série de normas impostas pelo fundo, como medidas de austeridade e reformas econômicas. Foram criados dois planos: o Plano Baker, (1985) e o Plano Brady (1989).

---

<sup>6</sup> Ver Roberts (2000 p. 20-22).

<sup>7</sup> Ver Roberts (2000 p. 23).

O primeiro tinha como objetivo promover o crescimento em 15 das maiores nações devedoras, através de um programa trienal, envolvendo “liberalização das economias – privatizações, abertura comercial e cortes nas despesas do governo – e a injeção de novos empréstimos externos, sendo US\$ 20 bilhões concedidos por bancos comerciais e US\$ 10 bilhões por instituições multilaterais” (ROBERTS, 2000, p. 25). O resultado do plano não foi o esperado, seja pelo montante que não fora suficiente, seja pela incapacidade de gestão dos países em desenvolvimento

Já o segundo ampliava os acordos do Plano Baker, além disso, foi proposta uma redução da dívida através da “troca da dívida bancária pendente, com desconto substancial, por títulos garantidos pelo Tesouro dos EUA” (ROBERTS, 2000, p. 25). Estes novos títulos foram chamados de “Bradies”. O resultado deste segundo plano foi diferente e os países reconquistaram sua credibilidade<sup>8</sup>. Assim sendo, o Plano Brady, forneceu aos PMDs a possibilidade de contar novamente com recursos externos.

(...) desde a crise da dívida externa dos anos 80, os países endividados, particularmente os latino-americanos, vêm apreendendo a seguinte mensagem básica dos países ricos: “sabemos que vocês não contam com recursos internos suficientes para financiar seu crescimento, mas não se preocupem: controlem seu déficit orçamentário, abram e reformem a economia e dêem acesso aos ativos internos, que nós financiaremos seu desenvolvimento econômico”. Em outras palavras, cuidem das finanças do Estado e dêem início às reformas orientadas para o mercado, que os fluxos de capital do mercado internacional cuidarão de vocês, e vocês voltarão a experimentar crescimento econômico. Esta poupança externa – acrescentou-se – virá mais sob a forma de investimentos diretos do que de empréstimos, quanto melhor você se comportar (BRESSER-PEREIRA *et. al.*, 2003, p. 4).

A implantação de mensagens reformistas de cunho liberalizantes, conforme descrita acima, induziu os países em desenvolvimento a seguirem a cartilha imposta pelos países desenvolvidos, por acreditarem no crescimento econômico. O argumento dos PDs, quanto ao papel da poupança externa, parece coerente se aplicado a países com baixo nível de renda e poupança. De fato o receituário imposto pela política “crescimento com poupança externa” provocaram grandes mudanças nas economias, nas últimas décadas. Eliminaram-

---

<sup>8</sup> A Respeito da implantação dos planos de ajuste da dívida externa: Plano Baker (1985) e Plano Brady (1989). Ver Roberts, (2000, cap. I).

se “os graves desequilíbrios fiscais, os mercados financeiro e comercial foram liberalizados, removeu-se o preconceito contra o capital estrangeiro e a privatização foi amplamente adotada” (BRESSER-PEREIRA *et. al.*, 2003 p.5). Porém, não foi o suficiente para garantir o crescimento econômico e o fim da instabilidade macroeconômica dos países em desenvolvimento.

Nestes termos, o crescimento dos fluxos internacionais de capitais foi surpreendente, apoiado principalmente, nos planos de ajuste, baseados na acelerada liberalização econômica e financeira.

Os anos 80 foram marcados, também, pelo intenso crescimento das ETNs. “Os fluxos de IDE cresceram, tanto em relação à produção mundial, quanto em relação ao fluxo mundial de mercadorias” (AMAL *et. al.*, 2002 p. 43). Do período de 1980 até 1987, os fluxos de IDE, registravam um crescimento maior nos países desenvolvidos, da ordem de US\$58,7 bilhões, para um total de US\$77,1 bilhões<sup>9</sup>. A partir de 1988, o fluxo mundial de IDE, registrou uma diminuição considerável na sua taxa de crescimento, visto o baixo dinamismo da economia mundial. A partir de 1993, os fluxos mundiais de IDE começam uma nova fase de ascensão. É neste período que os países em desenvolvimento começam a participar de forma mais expressiva dos fluxos de investimentos diretos externos, devido ao seu atrativo mercado doméstico, a desregulamentação econômica e a redução do protecionismo. Inserido neste contexto o Brasil mostra-se um dos maiores receptores de IDE da década de 90, conforme será exposto no próximo capítulo.

A nova ordem mundial de liberalização das economias, redirecionou os fluxos internacionais de capitais devido, principalmente, as mudanças ocorridas no padrão do IDE. Os países em desenvolvimento passar a ser parte integrante do destino do IDE. Entre 1983 a 1987 o fluxo de IDE dos PMDs representavam 24% do montante internacional, passando a deter 39%, já na metade da década de 90. Destacam-se quatro fatores fundamentais, para a expansão do IDE e a mudança no seu direcionamento: primeiro, “o crescimento da importância do IDE em relação ao PIB na maioria dos países exportadores de capitais, como Alemanha, Japão e Inglaterra”, segundo, “o aumento do número de países que participam do processo de investimentos internacionais (*source countries*), especialmente o Japão”, terceiro, “o aumento de interesse das multinacionais em investimentos nos países

---

<sup>9</sup> Ver Amal *et. al.* (2002, p. 44).



do terceiro mundo”, e por fim, “a desregulamentação e a redução do protecionismo” (DUNNING, 1998 *apud* AMAL *et. al.*, 2002 p. 44).

Esta série de medidas favoráveis à expansão dos fluxos de capitais internacionais direcionaram a economia mundial no período. Além disso, o cenário econômico do período esteve inserido em uma nova tendência mundial, no qual a principal característica é a globalização.

O processo de globalização pode ser definido como a integração de três fenômenos paralelos que tem se intensificado nas últimas décadas. São eles: a extraordinária expansão dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; o aumento da concorrência nos mercados; e a integração dos mercados locais. A integração destes fenômenos acabam, ainda, por afetar as dimensões financeiras, produtivo-real, comercial e tecnológica das relações econômicas internacionais (GONÇALVES, 1999).

A dimensão produtiva da globalização está evidenciada nas operações entre empresas transnacionais que controlam subsidiárias e filiais em outros países. Enquanto a dimensão comercial é expressa pelo comércio internacional de bens e serviços. A dimensão tecnológica esta relacionada com as transferências de *know-how* ou direitos de propriedade por intermédio de relações contratuais. Finalmente, a dimensão financeira que abrange os fluxos financeiros internacionais de capital de financiamento, empréstimo e investimento direto externo ou de *portfólio* (GONÇALVES, 2003).

Quanto ao primeiro processo este se refere à expansão extraordinária dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais (Chesnais, 1996; Hirt e Tompsom, 1998). No caso dos fluxos de capitais, vê-se um crescimento considerável dos empréstimos internacionais, investimentos de *portfólio*, investimentos direto externo, incremento das relações comerciais entre os países pelos mecanismos de importação e exportação e relações contratuais (VOIDILA, 2003).

Já o segundo processo característico da globalização é o acirramento da concorrência internacional. A globalização traz consigo a questão da competitividade internacional que segundo Gonçalves (1999), estimula uma rivalidade cada vez maior no sistema econômico mundial. Pode ser visualizada tanto na esfera produtiva, através da busca por vantagens competitivas, redução de custos e vantagens locais, quanto na

esfera financeira, através da rivalidade na disputa por transações financeiras internacionais envolvendo, de um lado, bancos e, de outro, instituições financeiras.

Por fim, o terceiro processo refere-se à crescente integração dos sistemas econômicos nacionais “através do fluxo de IDE e das operações de organizações transnacionais” (VOIDILA, 2003, p. 27).

Nestes termos, a globalização econômica do final do século XX corresponde, assim, a ocorrência simultânea dos três processos citados acima. Gonçalves (1999), expõe ainda o IDE como sendo um dos pilares da globalização, pois possibilita a competição em escala mundial e a inserção de empresas no mercado estrangeiro.

Chesnais (1996), acrescenta que a “mundialização do capital”<sup>10</sup> é resultado de dois movimentos conjuntos, conexos, mas distintos, sendo o primeiro caracterizado como a fase mais longa do processo de acumulação de capital que ocorreu desde de 1914, e o segundo pela presença das políticas de liberalização, privatização, de desregulamentação e de desmantelamento, que foram aplicadas no início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan. Outros fatores como a queda de barreiras alfandegárias, a formação de blocos econômicos, mudanças tecnológicas, juntamente, com o aumento dos fluxos de capitais internacionais tem configurado o que vem a ser um mundo globalizado.

O processo de globalização torna as empresas mais competitivas, pois quando a produção concentra-se em determinados pólos, isto acaba por provocar uma redução considerável dos custos e uma melhora no bem-estar. Outro fator relevante é o conceito das vantagens comparativas, no qual cada país se especializa no determinado produto e fortalece a interdependência entre os países. “Esta interdependência não é apenas de produtos, mas também de tecnologia e capital” (MAUÁ, 1999 *apud* Alexandre 2000, p. 24). Deste modo, países menos dotados de capital recebem investimentos externos, geralmente por intermédio de empresas multinacionais reafirmando a interdependência da economia mundial.

Os países desenvolvidos são os principais ganhadores, nos processos de globalização, pois “podem resolver seus problemas de insuficiência de demanda interna através da exportação, de bens, serviços e capitais” (GONÇALVES, 2003, p. 30). As

---

<sup>10</sup> “mundialização do capital” termo utilizado por Chesnais, F. (1996), para melhor caracterizar o processo de globalização.

empresas transnacionais e os bancos internacionais são os que mais se beneficiam quando ocorre esta internacionalização nos países desenvolvidos. A globalização neoliberal significa para as empresas transnacionais, maior liberdade para suas operações. Para os Estados nacionais, principalmente, no caso dos países em desenvolvimento a globalização pode resultar na perda de controle frente o comércio internacional e os fluxos internacionais de capitais, tornando-se vulneráveis.

A vulnerabilidade externa “significa uma baixa capacidade de resistência das economias nacionais diante de fatores desestabilizadores ou choques externos”. (GONÇALVES, 1999, p. 36). Quanto menor forem as opções de políticas de ajustes dos países, para enfrentar choques externos, maior será a vulnerabilidade externa do país, e conseqüentemente, mais suscetíveis ao poder de barganha dos países desenvolvidos, os Estados nacionais dos PMDs estarão. Todavia, nos países em desenvolvimentos, segundo Gonçalves (2003), há grupos econômicos interessados no processo de globalização. O Setor exportador, por exemplo, tende a ganhar com a abertura dos mercados. Além disso, a redução das barreiras comerciais facilita a importação de bens em geral.

Em resumo, as mudanças na economia mundial condicionaram o rumo dos investimentos internacionais. O processo de globalização esteve inserido neste contexto ao qual contribuiu para a propagação dos fluxos de capitais, provocando uma adequação nas economias. A liberalização das economias somada a busca dos países dotados de capital, por maiores retornos, induziram o aumento do investimento direto externo. Desta forma, cabe agora demonstrar como a economia brasileira acompanhou as mudanças sofridas pela economia internacional.

### **2.3 O comportamento da economia brasileira – Uma perspectiva histórica**

Até o final da década de 20, a economia brasileira conviveu com os princípios liberais como: mercado livre de câmbio, política fiscal tradicional e austeridade monetária. É também neste período que a economia do país vê-se dotada pelos primeiros fluxos de capitais estrangeiros, sob forma de investimento direto externo, impulsionados pelo surto de desenvolvimento da indústria de transformação do país. (SUZIGAN, 1994 *et. al. apud* MORAES, 2003).

Os anos 30 foram marcados pela recessão mundial, no qual afetou a demanda internacional das exportações brasileiras, diminuindo a renda dos produtores brasileiros. Como resposta ocorre uma desvalorização cambial, afetando a balança comercial e as políticas de controle a inflação. Em 1949 ressurgiu no país a “lei dos similares”<sup>11</sup>, o qual adiantava uma das características do modelo de substituições de importação, aumentando assim, a produção das empresas nacionais e influenciando a entrada das Empresas Transnacionais (ETNs), em outras palavras atraindo IDE. Todavia, a política cambial adotada, doravante, fora à sobrevalorização do câmbio que resultou num empecilho ao ingresso de capitais externos, reduzindo o fluxo de investimentos, mantendo-os modestos até meados da década de 50 (MORAES, 2003).

Já no segundo governo de Vargas, mais especificamente, no ano de 1953, ocorre uma mudança no regime de câmbio, alterando a taxa, que até então, estava sobrevalorizada, para um regime de taxas múltiplas<sup>12</sup>. Segundo Moraes (2003), este regime servia para proteger a indústria dos produtos importados, que concorriam com os produtos nacionais. Por outro lado, as importações de bens de capital detinham privilégios que beneficiavam o país e as subsidiárias das ETNs.

Segundo Gonçalves (1998), a partir de 1957, o governo brasileiro implanta uma política claramente protecionista, com o objetivo de estimular a industrialização do país. Para Moraes (2003), os desequilíbrios no balanço de pagamentos, obrigaram os governos a adotarem políticas protecionistas, utilizando instrumentos tradicionais de controles das importações por meio de tarifas aduaneiras, quotas de importação e controles cambiais. Diante deste quadro as empresas transnacionais, como forma de burlar as restrições protecionistas, e aproveitando suas “vantagens específicas”<sup>13</sup>, utilizam o IDE para entrar no país. É neste período que o governo utiliza estímulos, como a permissão de importação de componentes de bens de capital, para as ETNs que promovessem a substituição progressiva de produtos até então importados.

O período 64-67 foi marcado pelo combate a inflação. As medidas tomadas pelo governo foram apertar as políticas fiscal, monetária e salarial, além de restrição de crédito

---

<sup>11</sup> “Lei dos Similares”, a aplicação desta lei existe desde de 1911, e ressurgiu em 1949 como instrumento de restrição às importações de produtos com substitutos produzidos no País. Ver Moraes (2003, p. 37).

<sup>12</sup> Taxas de Câmbio múltiplas, adotadas no segundo governo de Getúlio Vargas, ver (Moraes, 2003, p. 39).

<sup>13</sup> As “Vantagens específicas” podem ser tecnológicas, organizacionais, acesso a capitais e diferenciação de produtos. Ver Moraes (2003, p. 42).

às empresas, o resultado foi uma crise de liquidez entre as firmas nacionais, provocando uma série de falências e concordatas. As ETNs, diante da crise da economia brasileira, foram buscar créditos adicionais nos seus países de origem, enfraquecendo ainda mais a empresa nacional e gerando uma série de fusões e aquisições. A partir de 1967 o rumo da política monetária sofre uma grave reversão. Ocorre uma considerável expansão monetária e um grande estímulo à concessão de empréstimos, com o propósito de financiar o capital de giro das companhias abertas e desenvolver o mercado de capitais. O ano de 1968 é marcado pela mudança na taxa de câmbio. O câmbio que antes era sobrevalorizado, passa a sofrer minidesvalorizações em curtos espaços de tempo. Isto favoreceu o aumento do volume de IDE no capital industrial, passando de 18,9%, para 28,6% no ano de 1973 (MORAES, 2003, p. 48)<sup>14</sup>.

No final de 1973, o Brasil é afetado pelo primeiro choque do petróleo. A economia brasileira que vinha de um período de desenvolvimento consolidado o “milagre econômico”, não consegue passar ileso por esta crise mundial. De acordo com Moraes (2003), o governo brasileiro, numa tentativa de enfrentar a crise, adota uma política de “crescimento com endividamento”, visto o crédito internacional, abundante e barato. Mais tarde, o *Federal Reserve*, a partir do segundo choque do petróleo, em 1979, aumenta a taxa de juros norte-americana em dois dígitos. Este acontecimento acabaria por causar uma explosão da dívida externa dos países que adotaram a política de “crescimento com endividamento”, mais especificamente os países latino-americanos, e neste caso o Brasil.

Quanto ao IDE este se caracterizou na década de 80, por sua concentração nos países da “tríade”<sup>15</sup>, Estados Unidos, União Européia e Japão, devido, principalmente, as incertezas macroeconômicas dos PMDs. No entanto, países como a China passaram a ser um dos maiores receptores dos fluxos de investimentos diretos da década. O Brasil que foi um dos grandes receptores de investimento direto externo até 1980, ocupando a sétima posição, passa a ocupar a vigésima posição em 1995 (MORAES, 2003, p.65).

---

<sup>14</sup> O século XX acompanhou uma série de mudanças ocorridas no interior da economia brasileira. A configuração assumida no país no bojo do processo de substituição de importações direcionou o rumo do investimento direto externo na economia. Para fazer um resgate histórico detalhado do comportamento do IDE no Brasil a partir de 1945. Ver Moraes (2003).

<sup>15</sup> A expressão “Tríade” foi introduzida na literatura econômica por Kenichi Ohamae (Moraes, 2003 apud OHMAE, 1995).

A crise da dívida representou para a economia brasileira o declínio no crescimento econômico, além de taxas de inflação elevadas. Segundo Moraes (2003), a desaceleração da economia foi comandada pela indústria, que operou abaixo de sua capacidade. Este comportamento da economia brasileira no período contribuiu para o declínio dos investimentos, visto que o mercado estagnado provoca desaceleração dos investimentos externos diretos.

Os vultuosos empréstimos realizados pelos países em desenvolvimento, a taxas de juros flutuantes, ao longo do período de crescimento com endividamento resultaram na explosão da crise da dívida, com o aumento das taxas de juros norte-americanas. Países como o Brasil viram-se incapazes de pagar as amortizações. O processo de renegociação da dívida prevenia um desastre no Sistema Financeiro Mundial. Deste modo, o FMI, através do Plano Brady (1989), começa um processo de renegociação da dívida externa, tornando-se o prestador principal. Ao Brasil, caberia seguir uma série de normas impostas pelo fundo, como medidas de austeridade e reformas econômicas (BRESSER-PEREIRA *et. al.*, 2003).

Desta forma, a década de 80 foi configurada pelas tentativas de combate a inflação, através do instrumento de política cambial, todas sem sucesso. Em 1988, inicia-se no Brasil um amplo processo de liberalização comercial, o qual possuía como objetivo principal a modernização e o aumento da competitividade do parque industrial. As ETNs neste período se destacaram pela elevação das exportações e na geração de superávits comerciais, aumentando as exportações brasileiras (MORAES, 2003).

Em resumo, as mudanças ocorridas no contexto mundial determinaram o rumo do investimento direto externo. O Brasil acompanhou a trajetória da economia mundial, ora retendo parte destes fluxos de capitais, ora estando a par dos mesmos. Nos anos 80, o Brasil experimenta o amargor da recessão, fruto de uma estratégia de crescimento, que o coloca como um dos grandes devedores da América Latina. Assim, o processo de renegociação da dívida externa, através do FMI, a fim de resgatar a solvência do Sistema Financeiro Internacional, imporia uma série de normas de cunho reformistas, que mais tarde o colocariam na rota dos investimentos diretos externos.

## **CAPÍTULO III – O INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO PRESENTE NA ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 90**

O objetivo deste capítulo é apresentar as mudanças ocorridas na economia brasileira, a partir do intenso fluxo de IDE experimentado a partir dos anos 90. Como forma de evidenciar tais questões divide-se o capítulo de modo a sugerir uma seqüência lógica dos fatos marcantes ao longo do período, que colocaram o Brasil no foco do IDE. Primeiro, o processo de abertura comercial, assim como todos os esforços liberalizantes experimentados pela economia brasileira, levaram o Brasil a absorver quantidades mais significativas de fluxos de capitais externos. Mais tarde, este comportamento da economia brasileira colocaria o país como um dos principais receptores de IDE da década. Finalmente, resultaria em grandes mudanças ocorridas no interior de sua economia, no qual, moldaria o comportamento de grandes setores de atividades de atuação no país.

### **3.1 Processo de abertura comercial da economia brasileira**

A economia brasileira, em seu processo de desenvolvimento industrial manteve uma característica de economia internacionalizada. O Investimento direto externo foi parte integrante da industrialização brasileira que atingiu tanto os setores industriais quanto os setores não-industriais, principalmente, a partir do processo de privatização dos anos 90, conforme será demonstrado ao longo do capítulo.

Os fluxos de IDE que haviam diminuído fortemente nos anos 80, devido a alguns acontecimentos como o choque do petróleo em 1979, que elevava as taxas de juros no mercado internacional, aumentando o endividamento externo e reduzindo o financiamento externo, sofrem uma reversão, já na metade da década seguinte. O estoque mundial de IDE em 1990 se apresenta 3,6 vezes maior se comparado à década de 80. E, é neste período também, que ocorre um maior direcionamento do IDE para os países em desenvolvimento (MORAES, 2003, p. 62).

O governo brasileiro, nos anos 90, com o intuito de estimular a concorrência, modernizar a economia, e reduzir as altas taxas de inflação, consolida uma política de abertura econômica. Este processo de abertura ocorre, num momento, onde a economia

encontrava-se inserida em um contexto de instabilidade macroeconômica e retração do mercado interno. (IEDI, 1998 *apud* ALEXANDRE, 2000).

O processo de abertura da economia brasileira baseava-se na derrubada das políticas protecionistas, e, conseqüentemente, na redução das barreiras tarifárias e não-tarifárias, aumentando, assim, a concorrência no mercado, antes protegido. As barreiras não-tarifárias foram imediatamente eliminadas. Cerca de 1300 produtos que faziam parte de uma lista de produtos com importação proibida, foram automaticamente abolidos. Quanto às proteções tarifárias, estabeleceu-se um prazo de quatro anos (1990 a 1994) para que estas fossem reduzidas. Além da política adotada em prol das reduções tarifárias, o câmbio valorizado ajudou no processo de liberalização brasileira. A abertura refletiu diretamente no barateamento das importações, mas a apreciação do câmbio, além de obter o mesmo efeito, teve seus efeitos diretos sobre os preços e, portanto, competitividade das exportações. Esse quadro de abertura econômica do país somado à apreciação do câmbio por um período de cinco anos foi parte integrante das transformações na estrutura produtiva e na forma de inserção externa do país (CARNEIRO, 2002).

A redução das tarifas aduaneiras, essência do processo de abertura comercial do país, não produziu grandes transformações ao longo da década, no que tange ao volume e a composição das exportações. Em 1992, as exportações brasileiras possuíam a seguinte composição: 59% manufaturados, 16% semifaturados e 25% de produtos básicos, passando a em 2001 a obter a seguinte composição: 58% manufaturados, 15% semimanufaturados e 27% de produtos básicos. Porém as importações obtiveram grandes alterações em seu volume com o processo de abertura. Enquanto, no acumulado da década às exportações cresceram 85,34%, as importações cresceram 169,99%. Esse crescimento no volume das importações, somado a apreciação que câmbio obteve até 1999, serviram para acumular sucessivos déficits na balança comercial. Somente após a desvalorização cambial da moeda brasileira no ano de 1999, é que o saldo da balança comercial começa a reverter, se tornando positivo a partir de 2001 (RODRIGUES *et. al.*, 2003 p. 364-367).

O processo de abertura sofrido pelo Brasil foi alterando gradativamente as regulações sobre o capital estrangeiro. A abertura comercial propiciou ao investimento direto externo a redução de barreiras à entrada na economia local.



(...) com a revisão da constituição em 1993, algumas das restrições (quanto ao capital estrangeiro) foram eliminadas, chegando em 1994, por uma Emenda Constitucional, a extinguir a distinção entre a empresa de capital nacional e capital estrangeiro, sendo, a partir de então, permitido, a estas, o acesso tanto aos setores de atividade, quanto ao crédito das agências oficiais de fomento, incentivos e subsídios governamentais. Neste contexto, foram também modificados os controles à saída de capitais estrangeiros, tais como a vedação das remessas de lucro, regime tributário e contratos de transferência de tecnologia (ALEXANDRE, 2000, p. 60-61).

Esta série de medidas criadas a fim de promover o processo de abertura ao capital externo demonstrou-se eficaz. Além disso, o país presenciava um momento de desregulamentação no mercado financeiro, as taxas de juros eram atrativas e somadas a estabilização econômica promovida pelo Plano Real, o Brasil coloca-se num patamar de destaque quanto à atração dos investimentos externos diretos.

O Plano Real implantado em julho de 1994, com o objetivo de acabar com o processo inflacionário, ancorou-se na abertura da economia, tanto na área financeira, quanto na área comercial, além de adotar uma política cambial de câmbio sobrevalorizado. O resultado obtido foi a retomada do Brasil ao mapa de investimentos externos, cujo esteve ausente, ao longo dos anos 80. Para os investidores externos, somente adotar uma política de liberalização da economia, não seria o suficiente para absorver os fluxos de capitais externos, assim, a queda da inflação brasileira, consolidaria o cenário receptivo às novas inversões, definido anteriormente pela abertura comercial (LACERDA, 2003).

Segundo Moraes (2003, p. 81), “o Plano Real trouxe a estabilização dos preços que permitiu às empresas o planejamento de longo prazo”. A implantação de uma política de estabilidade econômica, política e social, beneficiaram a atração do IDE, pois as ETNs puderam estabelecer estratégias de longo prazo, até então difíceis de ser elaboradas, pela constante remarcação de preços.

Coutinho (1998) argumenta, que os efeitos promovidos tanto pelo processo de abertura, quanto pelo de estabilização da economia brasileira, não foram tão positivos assim para a indústria. As reduções tarifárias promovidas pelo processo de abertura comercial, somadas às particularidades da estabilização promovida pelo Plano Real, como a sobrevalorização cambial e as altas taxa de juros, levaram a economia brasileira a aumentar consideravelmente seu coeficiente de importação. Este comportamento da economia, mais tarde, culminaria na redução da rentabilidade das empresas nacionais, além de deixá-las

menos competitivas frente ao mercado internacional, provocando uma queda nas possibilidades de desenvolvimento do país, levando a economia brasileira a sofrer os efeitos provocados pela vulnerabilidade comercial que os países abertos tendem a enfrentar.

Para Gonçalves (1999), o Plano Real, além de promover a estabilização do processo inflacionário, também foi marcado por outro feito, o intenso processo de desnacionalização da economia brasileira. A crescente entrada de capital externo no país a partir de 1995, sob forma de IDE, resultou, no aumento significativo das fusões e aquisições (F&A), promovidas pelas ETNs. Outra forma pelo qual o investimento externo adentrou na economia brasileira, promovendo o intenso processo de desnacionalização foi através do processo de privatização.

A década de 90 presenciou, também, uma série de mudanças de natureza regulamentar, que acabaram por influenciar a entrada das ETNs no país. De acordo com Ferraz *et. al.* (2000), podemos destacar: a baixa restrição as ETNs para entrar no mercado brasileiro; a eliminação da diferenciação das ETNs e das empresas nacionais, possibilitando as estrangeiras o acesso ao crédito e subsídios do governo; isenção do imposto de renda sobre a remessa de lucros e de dividendos por filiais de empresas estrangeiras no país; entre outros.<sup>16</sup> A crescente legalização das ETNs na economia local, tornou-se um dos fatores de atração do IDE.

As fusões e aquisições são parte integrante de uma economia globalizada, “caracterizadas pelo crescente fluxo internacional de bens, serviços, tecnologia e capital; intenso processo de transformações tecnológicas e mudanças nos regimes nacionais de incentivos e regulação, na direção da liberalização econômica” (FERRAZ *et. al.*, 2000 p. 39).

Segundo Moraes (2003), as F&A são financiadas por investimentos de *portfólio* e IDE. Entre 1992 e 1997, a economia brasileira experimentou 600 operações de F&A, e em mais da metade destas as ETNs tiveram uma participação significativa. As F&A acabam trazendo para o país tecnologias novas e práticas organizacionais que permitirão a empresa adquirida adentrar no mercado internacional. Uma F&A consiste na mudança de propriedade do ativo adquirido, não é um IDE novo, que adicionará capital externo ao

---

<sup>16</sup> Ao longo da década de 90, foram muitas as mudanças ocorridas em prol do tratamento dado as ETNs, para que estas tivessem o mesmo tratamento das empresas nacionais. Ver Ferraz *et. al.* (2000, p. 44).

estoque do país. Quando uma ETN adquire uma empresa estatal, por exemplo, os lucros que antes da aquisição faziam parte da economia nacional passarão as mãos de não-residentes, e geralmente serão remetidos ao exterior, isso pode ser prejudicial à economia do país. Porém, quando a aquisição ou fusão ocorre, os benefícios tecnológicos trazidos, ou criados por ela, podem elevar, consideravelmente, o grau de eficiência da empresa, tornando-a mais competitiva.

Os principais fatores responsáveis para o aumento considerável no número de F&A, experimentados pelo país, a partir de um processo de abertura e implantação de um plano de estabilização são: “a liberalização do comércio, dos investimentos e dos mercados de capitais, a desregulamentação dos serviços, as privatizações e a redução do controle sobre as F&A” (MORAES, 2003, p. 91).

Após considerar as alterações sofridas pela economia brasileira a partir de 1990, com o processo de abertura comercial e as reformulações macroeconômicas impostas pelo Plano Real, pode-se mensurar a forma que o IDE assume no Brasil, alterando o perfil distributivo de alguns setores e gerando impactos consideráveis na economia nacional.

### **3.2 O comportamento do IDE na economia brasileira**

A década de 80 foi marcada pelo baixo nível de investimentos diretos externos na América Latina. O Brasil não foi uma exceção, mantendo seu nível de IDE, no período da crise da dívida, praticamente estagnado. Mas a partir de 1990, com o processo de abertura da economia brasileira este quadro começa a sofrer alterações, intensificando-se na segunda metade da década. Com a implantação de um Plano de estabilização, como foi o caso do Real, o Brasil ultrapassa os últimos obstáculos na atração do IDE, recebendo fluxos intensos jamais presenciados pela economia brasileira até então.

A Tabela 1 demonstra a evolução do IDE no Brasil a partir da década de 90. Pode-se notar que no acumulado de 1990 a 1995 o ingresso do IDE ainda não era tão representativo, detendo 0,9% da participação mundial. No entanto, quando comparado ao volume destinado aos países em desenvolvimento, este já representava 2,7% do total, resultado já referente aos primeiros reflexos do processo de abertura da economia.

A partir de 1996 a economia brasileira experimenta um significativo aumento no volume de IDE. Passa de um estoque acumulado de 90-95 de US\$2.000 milhões para US\$10.792 milhões em 96, atingindo US\$32.779 milhões em 2000, aumentando consideravelmente sua representatividade em relação ao estoque de IDE do país. Em 1997 o país detinha 4,0% da parcela mundial, passando para 4,2% em 1998, ano em que deteve maior participação na década. Dentre os países em desenvolvimento, o Brasil, em 1998, passa a absorver 15,4% de todo o IDE aplicado na economia mundial, este percentual declina nos anos seguintes, passando a corresponder 11% em 2001. Porém, levando-se em consideração o início da década de 90, o IDE permanece elevado mesmo ocorrendo uma diminuição dos valores absolutos.

Tabela 1: Fluxos de investimento direto estrangeiro no Brasil nos anos de 1990 a 1995 e 1996 a 2001 em US\$ milhões e em percentagem.

<b>Anos</b>	<b>1990-95</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>
IDE Brasil (Milhões)	2.000	10.792	18.993	28.856	28.578	32.779	22.457
<b>Participação no total (%)</b>							
Mundo	0,9	2,8	4,0	4,2	2,6	2,2	3,1
Países em desenvolvimento	2,7	7,1	9,9	15,4	12,7	13,8	11,0

Fonte: BACEN, CEPAL e UNCTAD *apud* IEDI (2003, p. 15.)

Nota. 1) média anual

Visto o crescimento do Brasil na absorção do IDE ao longo da década de 90, pode-se perceber que o país teve lugar de destaque entre os países em desenvolvimento na atração do IDE. O Brasil supera a média de crescimento dos países em desenvolvimento na ocorrência das operações de F&A. Conforme a Tabela 2, a parcela de F&A em relação ao volume total de IDE mundial, possui uma trajetória crescente. Os países desenvolvidos lideram as operações de F&A, pois de todo IDE realizado no interior destes países, no ano 2001 98,6% ocorreram sob a forma de F&A.

Três são os fatores que as ETNs, procuram observar para internacionalizar sua produção: o tamanho do mercado; o grau de solvência do país; e a existência de estoque de IDE no país. No que tange a economia brasileira o segundo fator merece destaque, pois com o programa de estabilização das altas taxas inflacionárias, o Brasil começa a demonstrar certa solvência para as potenciais entrantes, quanto as suas estratégias de longo

prazo. O tamanho do mercado obviamente será analisado pelas empresas estrangeiras e o estoque de IDE no país não é um fator relevante para novos entrantes e sim para empresas já instaladas no seu interior. Desta forma o IDE poderá entrar no país na forma de F&A, que representam uma importante forma de expansão e diversificação da firma (Ferraz *et. al.* 2000, p. 50).

O Brasil se destacou na atração do investimento direto externo, devido a um mercado doméstico atraente, e a possibilidade que as empresas atribuem de elevar sua capacidade de inovação no processo produtivo, absorvendo concorrentes e elevando sua fatia de mercado (CARNEIRO, 2002).

Tabela 2: Relação das fusões e aquisições / IDE 1990-95 e 1996 a 2001 em percentagem.

<b>F&amp;A /IDE</b>	<b>1990-95</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>
<b>Mundo</b>	52,3	58,8	63,8	76,6	70,4	76,7	80,8
Países Desenvolvidos	71,1	85,3	86,6	91,5	81,1	86,0	98,6
Países em Desenvolvimento	17,0	21,4	35,1	44,1	32,9	29,7	41,9
<b>Brasil</b>	27,5	60,6	63,5	101,8	32,7	70,2	31,2
Privatizações / IDE	n.d.	24,5	27,6	21,2	30,7	20,4	4,8
Privatizações / F&A	n.d.	40,5	43,5	20,8	93,9	29,0	15,4

Fonte: UNCTAD (2002) e Banco Central do Brasil *apud* IEDI (2003, p. 16)

A tabela 2 mostra que o amplo processo de privatização de empresas públicas, implementado pelo governo no período, também teve considerável importância no volume total de IDE destinados ao país. A partir de 1996 as privatizações em relação ao total do IDE no país, tornam-se representativas, chegando a atingir 30,7% em 1999. Porém, passado o *boom* das privatizações, este percentual cai para 4,8% no ano 2001. Segundo Carneiro (2002), a razão da queda está associada ao declínio nas vendas de empresas estatais, especialmente empresas de telecomunicações e energia elétrica.

Desta forma, a alteração do volume de IDE, através das operações de F&A têm causado mudanças significativas na economia brasileira.

Como se pode observar, na tabela 3, no que diz respeito à origem dos IDEs, os Estados Unidos ocupam lugar de destaque, tendo seu maior volume aplicado no ano de 1999. Até 1995 este país manteve sua liderança na injeção de IDE, com uma parcela de 26%, seguido pela Alemanha que detinha 13,9% de todo IDE aplicado no país. Tanto os Estados Unidos quanto a Alemanha fazem parte dos grandes investidores de capital, sob a

forma, de IDE, na história da economia brasileira. Os Estados Unidos mantêm sua tradição como um dos maiores investidores, o mesmo não ocorrendo com a Alemanha, que chega ao ano 2000, a deter uma parcela pouco significativa de 1,2%.

Até 1995 a Espanha representava apenas 0,6% dos IDEs no Brasil. A partir de 1996 percebe-se um maior interesse, por parte deste país, em adentrar na economia brasileira, no qual passa, já em 1998, a representar 22% de todo o IDE aplicado no Brasil, passando a ocupar o primeiro lugar entre os investidores do país. Mas a partir de 2002, quando a economia brasileira experimenta certa diminuição no volume de IDE injetado, a Espanha passa a deter uma parcela de 3,1%, bem abaixo da média dos últimos anos.

A França, que até 95, representava 4,8% de todo IDE aplicado, passa já em 1996 a obter uma fatia de 12,6%, mantendo uma certa regularidade nos anos subseqüentes. Os chamados Paraísos Fiscais, tem sua parcela representativa no IDE da economia brasileira, absorvendo uma fatia de 26,6% de IDE no país, no ano de 1997. Nos anos subseqüentes percebe-se uma queda do IDE por parte dos Paraísos Fiscais, mas estes ainda representam parcela significativa do montante de IDE aplicado no país.

O ano de 2003 também foi marcado pelo destacamento de dois países na aplicação do IDE no Brasil. Japão e Holanda passam a representar a fatia de 10,61% e 11,20%, respectivamente.

No ano seguinte o volume de IDE aumenta novamente chegando a ultrapassar a casa dos US\$20 bilhões, o grande responsável por este aumento foi à Holanda com um montante de US\$7.704,85 milhões, ou seja, uma parcela de 38% IDE aplicado no interior do país, seguido pelo Estados Unidos com uma parcela um pouco mais modesta, 19,6%.

O estoque acumulado de IDE no Brasil foi muito superior a partir da segunda metade da década de 90, pois até 1995, a economia brasileira registra um estoque acumulado de US\$ 41.695,6 milhões, estoque este que passa a ser superior a US\$ 100 bilhões, no acumulado de 1996-2000 (ver anexo I). O crescimento na aplicação de IDE na economia brasileira, mostra-se sustentado nos anos subseqüentes, colocando país como um dos maiores receptores.

Tabela 3: Investimento direto externo no Brasil por país de origem nos anos de 1995 a 2004 em percentagem.

Países	Estoque	Fluxo								
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Alemanha	13,9	2,7	1,2	1,7	1,7	1,2	4,9	3,3	3,9	3,9
Argentina	0,9	0,3	1,2	0,4	0,3	0,3	0,2	0,4	0,5	0,4
Bélgica	1,3	1,4	0,8	4,0	0,2	1,2	0,5	0,2	0,1	0,0
Canadá	4,3	1,5	0,4	1,2	1,6	0,6	2,1	5,2	0,9	2,9
Espanha	0,6	7,6	3,5	22,0	20,6	32,1	13,1	3,1	5,5	5,2
Estados Unidos	26,0	25,7	28,6	20,1	29,3	18,0	21,2	13,9	18,4	19,6
França	4,8	12,6	8,0	7,7	7,1	6,3	9,0	9,6	6,4	2,4
Itália	3,0	0,1	0,3	2,7	1,4	1,6	1,3	2,5	3,0	2,1
Japão	6,3	2,5	2,2	1,1	0,9	1,2	3,9	2,6	10,6	1,2
Portugal	0,2	2,6	4,4	7,5	8,7	8,4	8,0	5,4	1,5	2,8
Reino Unido	4,4	1,1	1,1	0,5	4,6	1,3	1,9	2,5	1,9	1,3
Holanda	3,7	6,8	9,7	14,4	7,4	7,4	8,9	17,9	11,2	38,0
Suécia	1,3	1,6	1,7	1,0	1,1	2,1	0,2	1,0	0,3	0,4
Suíça	6,7	1,4	0,5	0,9	1,4	1,0	0,8	1,8	2,6	1,8
Paraísos Fiscais*	7,5	14,6	26,6	9,2	9,8	9,2	16,8	19,8	24,1	10,2
Demais países	14,3	16,6	8,9	4,7	3,2	7,3	6,4	10,0	8,6	7,4
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco Central do Brasil

(\*) Paraísos Fiscais: Ilhas Virgens, Ilhas Cayamann, Ilhas Bahamas e Bermudas.

Visto que o Brasil entra a partir dos anos 90 na rota dos grandes fluxos de capitais externos, conquistando ao longo do período uma posição sustentada na atração de IDE, originários predominantemente dos Estados Unidos, cabe destacar os ramos de atividades ao qual eles se destinam no interior da economia brasileira.

### 3.3 O IDE por ramo de atividade no Brasil

Até 1995 a indústria era responsável pelo maior volume de IDE no interior da economia brasileira, representava 66,9% de todo IDE injetado no país conforme a Tabela 4. Após 1995, o IDE sofre uma inversão, passando o setor de serviços a ser o maior responsável pela captação de IDE. De um estoque acumulado de US\$103.014,51 milhões de IDE no período 1996 a 2000, US\$65.887,81 milhões é destinado ao setor de serviços, correspondendo a uma parcela de 63,96% do total. Historicamente a agricultura, a pecuária e extrativa mineral, não são setores de forte atração do IDE, detendo uma pequena parcela

do montante aplicado, somente no ano 2003, é que estes setores apresentam um crescimento razoável, com um fluxo de US\$1.487,01 milhão, detendo 11,53%.

Tabela 4: IDE por distribuição dos recursos nos anos de 1995, 1996 a 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004 em US\$ milhões e em percentagem.

Atividade Econômica	1995		1996-00		2001	
	Estoque	%	Estoque	%	Fluxo	%
Agricultura e pecuária extrativa mineral	924,9	2,2	2.401,0	2,3	1.493,5	7,1
Indústria	27.907,0	66,9	34.725,6	33,70	7.000,9	33,2
Serviços	12.863,5	30,8	65.887,8	63,9	12.547,1	59,6
Total	41.695,6	100,0	103.014,5	100,0	21.041,7	100,0
Atividade Econômica	2002		2003		2004	
	Fluxo	%	Fluxo	%	Fluxo	%
Agricultura e pecuária extrativa mineral	637,8	3,4	1.487,0	11,5	1.072,8	5,2
Indústria	7.555,3	40,2	4.506,0	34,9	10.707,8	52,8
Serviços	10.585,1	56,3	6.909,3	53,5	8.484,7	41,8
Total	18.778,3	100,0	12.902,4	100,0	20.265,3	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil

Notas: 1) Dados de Censo de Capital Estrangeiros (datas Base 1995 e 2000)

Conversões pela cotação do último dia útil do respectivo período.

Segundo a atividade econômica principal.

2) Ingressos de investimentos e conversões de empréstimos e financiamentos em investimento direto

Conversões em dólares às paridades históricas

O setor de serviços reteve a maior parcela do aumento do IDE ocorrido na economia brasileira nos últimos anos. O intenso processo de privatização experimentado no período, pode ter sido uma das razões para que ocorresse a inversão no destino do IDE, pois grande parte das privatizações sofridas pelo país ocorreram no setor de serviços, como por exemplo nas áreas de telecomunicações e energia, e também no setor financeiro (MOARES, 2003).

A nova realidade na qual a economia brasileira esteve inserida a partir do plano de estabilização alterou consideravelmente o quadro do IDE em meados da década de 90. De acordo com Lacerda (2003) a valorização cambial, esteve ligada ao direcionamento do IDE ao setor de serviços.

A valorização do câmbio alterou consideravelmente o parque industrial brasileiro, pois barateou as importações, além de refletir no barateamento dos preços e na



competitividade das exportações. Esta enxurrada de produtos importados levou a uma diminuição significativa na produção de alguns setores da indústria, invertendo a injeção de IDE para o setor de serviços, conforme demonstrado anteriormente. A partir de 1999 com a queda da paridade fixa do câmbio, o setor industrial começa a demonstrar maior interesse nos investidores internacionais, no qual passa em 2004 a ser o setor de maior aplicação de IDE no país.

Conforme a Tabela 5, pode-se observar que até 1995 alguns ramos do setor de serviços, representavam uma parcela praticamente insignificante da aplicação do IDE. Como por exemplo, o setor de correio e telecomunicações, que até 1995 detinha apenas 1%, se expande nos anos seguintes chegando ocupar no estoque acumulado de 2000 18,2%, além de manter certa regularidade nos anos subsequentes. Considerando-se o estoque acumulado de IDE até o ano de 1995, outro setor, que eleva sua representatividade é o de eletricidade, passando a representar 8,2% no ano de 2002. No caso das intermediações financeiras o IEDI (2003), argumenta que o processo de privatização dos bancos estatais, juntamente, com a aquisição de instituições financeiras por bancos estrangeiros, foram os grandes responsáveis pela atração do IDE atribuídos a este setor, cujo chega a deter a parcela de 9,4% no ano 2001.

Na agricultura a maioria dos investimentos diretos foram direcionados a extração de petróleo e correlatos. Este setor, em 2001, destaca-se absorvendo uma fatia de 6,5%. Nos anos seguintes, percebe-se uma queda expressiva, chegando em 2004, a representar pouco mais de 1%.

Para a indústria resta a segunda colocação na atração dos investimentos externos. A aplicação do IDE na indústria é direcionada em maior parte, no acumulado de 2000, aos setores automotriz e de produtos químicos. O setor de alimentos também se mostra atraente ao IDE, no acumulado de 2000, verifica-se um montante de US\$ 4.618,65 milhões destinados a este setor. Ao longo do período, a captação do IDE pelo setor de alimentos apresenta certa irregularidade, pois no ano de 2003 detinha apenas 3,2% e passa já no ano seguinte a obter um montante de US\$ 5.345,48 milhões, que, por sua vez, representa 26,4% do total de IDE aplicado no país no ano de 2004.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Os dados obtidos foram colhidos no Censo de Capitais Estrangeiros do Banco Central do Brasil, ver Anexo II.

Tabela 5: Distribuição do IDE por atividade econômica de aplicação dos recursos e estoque dos anos 1995 e 2000 e ingressos de 2001 a 2004 em percentagem.

Atividade Econômica	Estoque			Fluxo		
	1995	2000	2001	2002	2003	2004
<b>Agricultura , pecuária e extrativa mineral</b>	<b>2,2</b>	<b>2,3</b>	<b>7,1</b>	<b>3,4</b>	<b>11,5</b>	<b>5,3</b>
Agricultura, pecuária e serviços relacionados com estas atividades	0,5	0,3	0,2	0,3	1,3	0,8
Extração de petróleo e serviços correlatos	0,2	1,0	6,5	2,7	2,8	1,4
Outros	1,5	1,1	0,5	0,4	7,4	3,1
<b>Indústria</b>	<b>66,9</b>	<b>33,7</b>	<b>33,3</b>	<b>40,2</b>	<b>34,9</b>	<b>52,8</b>
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	6,8	4,5	2,7	10,0	3,2	26,4
Fabricação de produtos químicos	12,8	5,9	7,3	8,4	7,1	6,7
Fabricação de artigos de borracha e plástico	3,7	1,7	0,8	1,0	1,6	0,7
Metalurgia básica	7,2	2,4	2,0	0,7	2,7	4,0
Fabricação de máquinas e equipamentos	5,6	3,2	1,6	2,1	2,0	1,5
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	11,6	6,2	7,4	9,4	7,5	4,2
Outros	19,2	9,8	11,4	8,7	10,9	9,3
<b>Serviços</b>	<b>30,9</b>	<b>64,0</b>	<b>59,6</b>	<b>56,4</b>	<b>53,6</b>	<b>41,9</b>
Eletricidade, gás e água quente	0,0	6,9	6,9	8,2	5,0	5,8
Comércio por atacado e intermediários do comércio	5,1	5,7	2,6	3,0	3,2	3,2
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	1,6	3,8	4,3	4,6	3,1	2,7
Correio e telecomunicações	1,0	18,2	19,6	22,3	21,8	14,7
Intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada	3,9	10,4	9,4	6,2	3,0	4,2
Atividades da intermediação financeira	0,9	1,4	0,7	0,5	1,7	0,5
Atividades imobiliárias	2,7	0,8	0,9	1,0	1,5	0,7
Atividades de informática e conexas	0,3	2,5	3,4	1,2	1,2	0,4
Pesquisa e desenvolvimento	0,0	0,7	0,0	0,0	0,2	0,0
Atividades recreativas, culturais e desportivas	0,0	0,3	1,0	0,3	0,3	0,8
Construção	0,5	0,4	1,3	0,8	1,4	1,6
Serviços prestados principalmente às empresas	11,9	10,7	3,3	4,2	6,4	4,4
Outros	3,0	2,1	6,3	3,9	5,0	2,8
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração própria.

Notas: 1) Dados de Censo de Capital Estrangeiros (Dados Base 1995 e 2000)

Conversões pela cotação do último dia útil do respectivo período.

Segundo a atividade econômica principal.

2) Ingressos de investimentos e conversões de empréstimos e financiamentos em investimento direto

Conversões em dólares às paridades históricas

O baixo dinamismo na fabricação de máquinas e equipamentos provém da ausência de tecnologia adequada no processo produtivo, fragilizando o parque industrial.

Como resultado do plano de estabilização, os governistas pretendiam reestruturar o país, eliminando as altas taxas de inflação e aquecendo a economia com a entrada de investimentos em grande escala. De fato, a inflação foi controlada às custas de altas taxas de juros e de um câmbio sobrevalorizado. O problema parece estar concentrado no baixo dinamismo industrial que o país experimentou durante o período de forte atração de IDE. Além disso, o aumento considerável das importações e a queda das exportações, resultado de um câmbio sobrevalorizado, desencadeou um expressivo déficit na balança comercial. O saldo da balança comercial sofreu uma grave reversão com a apreciação do câmbio “de uma posição superavitária (US\$10,5 bilhões em 1994), para uma situação de crescente desequilíbrio (-US\$5,5 bilhões em 1996 e entre US\$12 a 15 bilhões em 1997)” (COUTINHO, 1998, p. 226).

A crescente vulnerabilidade em financiar o déficit na balança comercial, expressa a dificuldade de retomar o crescimento econômico sustentado, sendo os setores industriais, afetados individualmente. Segundo Coutinho (1998), a combinação juros altos, câmbio sobrevalorizado, inseridos num processo de abertura, foi de suma importância para o processo de desinflação. A facilidade com que os produtos importados entravam no país ajudaram infinitamente a conter a remarcação dos preços. O problema maior para o parque industrial brasileiro, foi que grande parte dos produtos importados eram de bens finais de consumo, de matérias primas e bens intermediários. As importações de bens de capital, não acompanharam o crescimento, devido ao baixo dinamismo dos investimentos industriais. Por outro lado, esta combinação foi extremamente negativa para o desempenho das exportações, visto que uma taxa de câmbio apreciada dificulta as vendas dos produtos nacionais no exterior. A competição com os produtos importados provocaram um intenso processo de desnacionalização da indústria brasileira, financeiramente mais frágil, afetando principalmente a indústria de transformação e criando um viés de antiprodução no país.<sup>18</sup>

Os países desenvolvidos aproveitando as baixas taxas de juros internacionais, acabaram promovendo uma expansão dos fluxos de capitais internacionais para os “mercados emergentes”, sendo o Brasil um dos grandes receptores destes capitais.

---

<sup>18</sup> Para analisar em detalhes o desempenho da indústria brasileira na década de 90, levando-se em consideração o impacto que o plano de estabilização trouxe para a economia brasileira, ver Coutinho (1998) p. 225-247.

Os ingressos de capitais externos trouxeram uma pressão adicional sobre a taxa de câmbio real, valorizando-a, enquanto o preço dos ativos internos aumentou a demanda. O banco central, a fim de conter uma possível expansão no meio circulante e no crédito, implanta uma política de esterilização, que resulta em taxas internas de juros mais elevadas. O aumento na taxa de juros acaba atraindo mais capital, criando um círculo vicioso de déficits em conta corrente e de expansão dos empréstimos. “Na medida em que a taxa interna de juros reais está acima da taxa internacional, há uma grande atração dos fluxos de capitais de curto prazo, interessados em ganhos de arbitragem” (BRESSER-PEREIRA *et. al.*, 2003).

A falta de controle dos capitais de curto prazo cria um viés a favor dos investimentos especulativos. Mas a valorização da taxa de câmbio resulta também, no crescimento da poupança interna, através do aumento no consumo de mercadorias nacionais. A taxa de investimentos a nível global sofre um sensível aumento, porque somente as empresas que têm acesso aos mercados financeiros internacionais têm a possibilidade de obter crédito mais barato, e porque esse tipo de estratégia de crescimento recompensa o consumo e não o investimento. Desta forma, a entrada de capital estrangeiro, para a economia brasileira, afeta levemente a taxa de investimento na formação de um parque industrial resistente, sendo que grande parte dos investimentos externos diretos que adentraram no país, ao longo período, consistem, principalmente de fusões e aquisições, não formando um volume tão expressivo de investimentos novos.

Em resumo, o programa de estabilização e a abertura da economia trouxeram consigo o aumento no fluxo de IDE ao Brasil. As dificuldades herdadas pela indústria ao longo do período de industrialização não foram capazes de serem superadas mesmo com o ingresso crescente do IDE, seja porque este teve maior direcionamento aos setores de serviços, seja porque no país as condições da indústria já não eram favoráveis. O comportamento dos investidores frente à possibilidade de maiores ganhos com o capital especulativo, também contribuiu para a debilidade da indústria. Porém não há como negar o papel que os fluxos de capitais externos mantiveram para o alargamento da economia brasileira, registrando fluxos extremamente superiores a partir da segunda metade da década de 90.

### 3.4 O IDE por região do país

De acordo com os resultados do censo de capitais Estrangeiros do Banco Central do Brasil, anos base 1995 e 2000, percebe-se algumas características do estoque acumulado de IDE por região do país. O fluxo de IDE aumentou consideravelmente a partir de 1995, mas este aumento acaba por não alterar o destino regional da aplicação do IDE. Conforme a tabela 6, a região sudeste se mantém ao longo da década como a principal receptora de IDE.

Pode-se destacar a grande concentração dos fluxos de IDE na região sudeste do país, sob um montante de US\$ 36.682,85 milhões no estoque acumulado de 1995, correspondendo a fatia de 88,% do total de IDE aplicado no país. A partir de 1995, o volume de IDE cresce expressivamente, e a região sudeste chega a captar o montante de US\$ 89.321,61 milhões, passando a representar 86,7% do total. Sua participação relativa sofre leve declínio, mas sua posição é claramente hegemônica. A concentração do IDE na região Sudeste do país, está diretamente relacionada ao grande movimento de fusões aquisições e privatizações ocorridas na economia brasileira. Os estados que compõem esta região detém a maior parcela das empresas públicas privatizadas e fazem parte do grande centro brasileiro de atração as ETNs, devido ao seu intenso mercado doméstico.

Tabela 6: Estoque de IDE por região do Brasil nos anos 1995 e 2000 em US\$ milhões e em percentagem.

Região	Capital integralizado por não residentes			
	1995		2000	
	Fluxo	%	Fluxo	%
Norte	840,71	2,0	1.571,46	1,5
Nordeste	1.618,48	3,9	3.187,05	3,1
Centro-Oeste	217,95	0,5	1.303,68	1,3
Sudeste	36.682,85	88,0	89.321,61	86,7
Sul	2.283,85	5,5	7.528,56	7,3
Exterior	51,78	0,1	102,15	0,1
<b>Total</b>	<b>41.695,62</b>	<b>100,0</b>	<b>103.014,51</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco Central/IEDI *apud* Voidila (2003, p. 72).

Notas: 1) Dados sujeitos a revisão

2) Segundo a maior parcela do imobilizado do declarante; maior parcela do declarante está localizada no exterior.

Obs. Valores convertidos R\$/US\$ 0,9725 (1995); 1,9554 (2000).

Em segundo lugar, na absorção do IDE, está a região sul do país. Com o montante muito abaixo da região sudeste, a região sul registra no acumulado de 1995 uma parcela de 5,5% de todo IDE aplicado no país, passado os anos, esta região absorve o aumento do IDE, representado 7,3% no acumulado de 2000. Dentre todas as regiões do país, a região sul foi a única a aumentar seu percentual no acumulado de 2000, o que demonstra uma tendência evolutiva do IDE em adentrar nesta região.

As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de acordo com a Tabela 6, no estoque acumulado de 1995 representam juntas pouco mais de 6% do IDE aplicado na economia brasileira. No acumulado de 2000 o desempenho das regiões Norte e Nordeste, são ainda pior. Apenas na região Centro-Oeste percebe-se uma leve melhora, o que não pode ser caracterizado como uma evolução muito representativa. O baixo número de fusões e aquisições no interior destas regiões esteve ligado ao seu fraco dinamismo. O mercado doméstico destas regiões é menos atrativo às operações de F&A das ETNs, devido à inúmeros fatores como: atraso tecnológico; problemas regionais, falta de infraestrutura, mercado consumidor reduzido, entre outros.

De acordo com a Tabela 7, pode-se perceber que o estado responsável pela alta captação de IDE na região sudeste é São Paulo, com a participação, no estoque acumulado de 95, de 66,40% do total, mantendo praticamente a mesma fatia no estoque de 2000, com um montante de US\$ 68.011,36 milhões. Em segundo lugar aparece o estado do Rio de Janeiro com uma participação de 15,8% no estoque acumulado de 2000, seguido por Minas gerais com 4,2% do total. O quarto Estado responsável pela captação de IDE do país é o Rio Grande do Sul, que mostra uma evolução ao longo do período. No estoque de 1995, este detinha 2,6% do IDE brasileiro, entretanto no estoque acumulado de 2000, passa a representar 4% do IDE, com um valor absoluto de US\$ 4.122,44 milhões.

Santa Catarina mantém certa regularidade quanto à captação do IDE, porém é o estado com menor participação nas regiões de maior absorção de capital externo, seu percentual se mantém praticamente constante, passando de 0,7% em 1995 para 0,6% em 2000. No entanto, segundo Amal (2000), o estado catarinense possui características favoráveis à atração do IDE. A indústria catarinense registra uma trajetória de crescimento nos principais setores a partir de 1995, muito superior a média nacional, como por exemplo,

na indústria de transformação o crescimento nacional foi de 1,6% ao ano, enquanto, Santa Catarina registrou crescimento de 8,85%.

Tabela 7: Estoque de IDE por estado brasileiro nos anos 1995 e 2000 em US\$ milhões e em percentagem.

Estado	Capital integralizado por não residentes			
	1995		2000	
	Fluxo	%	Fluxo	%
Acre	1,4	0,0	7,6	0,0
Alagoas	192,6	0,5	75,8	0,1
Amazonas	258,9	0,6	876,2	0,9
Amapá	7,9	0,0	0,2	0,0
Bahia	645,6	1,5	821,3	0,8
Ceará	142,2	0,3	558,3	0,5
Distrito Federal	44,8	0,1	516,3	0,5
Espírito Santo	603,3	1,4	657,1	0,6
Goiás	47,2	0,1	540,4	0,5
Maranhão	554,0	1,3	745,8	0,7
Minas Gerais	2.684,2	6,4	4.350,1	4,2
Mato Grosso do Sul	15,0	0,0	44,9	0,0
Mato Grosso	110,8	0,3	201,8	0,2
Para	570,6	1,4	621,8	0,6
Paraíba	18,1	0,0	110,6	0,1
Pernambuco	44,6	0,1	800,7	0,8
Piauí	5,0	0,0	10,1	0,0
Paraná	923,5	2,2	2.807,2	2,7
Rio de Janeiro	5.695,9	13,7	16.302,9	15,8
Rio Grande do Norte	12,3	0,0	15,9	0,0
Rondônia	1,4	0,0	56,8	0,1
Roraima	0,0	0,0	5,9	0,0
Rio Grande do Sul	1.065,6	2,6	4.122,4	4,0
Santa Catarina	294,5	0,7	598,9	0,6
Sergipe	3,7	0,0	48,2	0,0
São Paulo	27.699,3	66,4	68.011,3	66,0
Tocantins	0,3	0,0	0,6	0,0
Exterior	51,7	0,1	102,1	0,1
<b>Total</b>	<b>41.695,6</b>	<b>100,0</b>	<b>103.014,5</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco Central/DECEC

Notas: 1) Dados sujeitos a revisão

2) Segundo a maior parcela do imobilizado do declarante; maior parcela do declarante está localizada no exterior.

Obs. Valores convertidos R\$/US\$ 0,9725 (1995); 1,9554 (2000).

Em resumo, no tocante ao crescente volume de fluxos internacionais de capitais, mais especificamente o investimento direto externo, o Brasil mostrou-se um grande receptor entre os países em desenvolvimento, principalmente, após o processo de liberalização de sua economia e da implantação de medidas de cunho reformista. A implantação de plano de estabilização, com foi o caso do Plano Real, em 1994, resultou na queda de uma das principais barreiras a entrada do IDE, o processo inflacionário. O país depois da segunda metade da década de 90 entra na mira do IDE e experimenta um crescimento desta modalidade de investimentos, sem precedentes. A maioria destes recursos esteve voltada para o setor de serviços, expresso nas operações de fusões e aquisições e em parte ao processo de privatizações das empresas estatais. Todavia, não só o setor de serviços captou fluxos de IDE, a indústria também experimentou certo crescimento, no qual, determinados setores se destacam. A nível setorial estes recursos, concentram-se em grande parte na região sudeste do país e mais especificamente no estado de São Paulo, o que não implica que outras regiões do Brasil não possam entrar na rota dos investimentos externos através de seu potencial.



## **CAPÍTULO IV - CARACTERÍSTICAS DO IDE NA ECONOMIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.**

Salvo a intensa concentração de IDE na região sudeste do Brasil, mais especificamente, no estado de São Paulo, notou-se um crescimento razoável nos fluxos de IDE direcionados à região sul do país. Observa-se, no entanto, que Santa Catarina não se destaca na atração desta modalidade de investimento, mantendo um fluxo de IDE modesto, na década de 90. Com o objetivo de investigar as causas de tal fato, a primeira seção do capítulo, abordará as principais características do estado de Santa Catarina ao longo de sua formação econômica. A segunda seção consiste uma descrição do comportamento da indústria catarinense, a fim de comparar seus resultados com a economia brasileira. Finalmente a terceira seção, abordará as características do IDE no interior da economia catarinense.

### **4.1 Notas sobre o estado de Santa Catarina**

De acordo com os dados do IBGE (2000), o estado de Santa Catarina tem um grande potencial natural para se colocar em lugar de destaque na economia brasileira. Possui uma população de 5.356.360 habitantes, ocupando um território de 95.285,1 Km<sup>2</sup>, mesclado por uma faixa litorânea, que atrai inúmeros turistas impulsionando a economia local, e por centros urbanos que se especializaram em determinadas áreas agrícolas e/ou industriais, o que coloca o estado como forte representante a nível nacional de inúmeros produtos.

Em relação a sua representatividade na economia nacional, o estado responde por 3,8% do Produto Interno Bruto do país, sendo a indústria a maior responsável pela composição deste dado, com uma parcela de 46,6%, seguido pelo setor de serviços com 39,5%, e o restante cabe à agropecuária 13,9%. Como será visto mais adiante, os ramos industriais com maior destaque são: alimentos e produtos têxtil. Ainda baseados nos dados do IBGE de 2000, o estado catarinense, exporta um montante US\$ 3 bilhões, que o coloca

como o 5º maior exportador do país<sup>19</sup>, enquanto as importações representam um montante de US\$ 860,4 milhões. Observa-se, assim um claro superávit na balança comercial.

Segundo Cunha (2001), Santa Catarina apresenta ainda pólos industriais diversificados. Algumas regiões, ao logo de sua formação econômica regional, foram assumindo algumas particularidades, mediante as condições naturais em que se encontravam. Mais tarde, as particularidades de cada região as colocariam em uma posição diferenciada, quanto à produção estadual. Desta forma, o estado apresenta uma configuração ampla na distribuição dos setores.

Segundo Matei (1999), o estado catarinense, apresenta resumidamente, a seguinte dinâmica regional: Na região Oeste concentra-se a produção agroindustrial, destacando-se as indústrias alimentícias. O Vale do Itajaí é sustentado pela produção têxtil-vestuário, mas, em menor intensidade, a indústria metal-mecânica também tem seu papel de destaque. Na região Norte, observa-se um maior desenvolvimento industrial nos setores: metal-mecânico, plástico, têxtil, papel e celulose, automação e informática. Quanto ao Planalto Serrano, o destaque é atribuído às indústrias de papel e celulose existindo, também, um potencial relevante na produção agrícola de alho e maçã. Na região Sul do estado concentra-se a riqueza setorial no ramo “minerais não-metálico”. Além disso, os produtos cerâmicos produzidos na região colocaram-na como um dos principais pólos cerâmicos do país. Por último, a região da grande Florianópolis, é comandada pelo setor de serviços, tendo a indústria, uma parcela muito baixa no âmbito estadual.<sup>20</sup>

Numa primeira análise, a caracterização do estado de Santa Catarina mostra-se favorável à aplicação de investimentos externos, pois o estado possui uma economia setorial diversificada, o que constitui um fator relevante para a aplicação de IDE na economia local.

Ressalta-se também que o processo de abertura econômica enfrentado pelo Brasil, na década de 90, provocou mudanças consideráveis no interior de sua economia. De acordo com Matei (1999), Santa Catarina, também reflete estas mudanças. Observa-se que o comportamento da economia catarinense, frente às mudanças, mostrou-se favorável, pois o

---

<sup>19</sup> Dos principais ramos industriais que colocam Santa Catarina como o 5º maior exportador do país destacam-se: carne de frango e porco e peru (28%), móveis e artefatos de madeira (12%), compressores (8%) e confecções e tecidos de algodão (8%). Ver IBGE (2000).

<sup>20</sup> A formação econômica catarinense apresenta características peculiares que moldaram sua dinâmica regional. Ver Goularti (2002).

processo de abertura econômica levou muitas empresas locais a reestruturarem suas formas organizacionais e técnicas produtivas, com o objetivo de garantir espaço nos mercados nacional e internacional.

#### **4.2 O desempenho da indústria catarinense – uma análise comparativa**

Além de uma estrutura diversificada, o desempenho da indústria pode ser considerado como um fator relevante na aplicação do investimento direto externo realizado pelas ETNs. De acordo com os dados apresentados no capítulo anterior, observa-se um maior direcionamento dos fluxos de IDE para a indústria até 1995. Nos anos seguintes, ocorre um aumento significativo no volume de IDE direcionado a economia brasileira, e também uma migração deste para o setor de serviços. Somente no ano de 2004 é que a indústria inverte esta posição colocando-se novamente como maior receptora de IDE.

O desempenho do setor de serviços do estado de Santa Catarina mostra-se menos expressivo, se comparado a nível nacional principalmente, nas atividades de intermediação financeira, aluguéis e serviços imobiliários. A resposta para este comportamento pode ser atribuída à própria configuração que o estado possui. A configuração urbana é formada por cidades de médio porte, e, também possui uma grande população ainda residindo nos meios rurais (NICOLAU, 2002). Desta forma, a indústria se destaca na composição do PIB, principalmente, a indústria de transformação.

Pode-se observar que o estado de Santa Catarina, no período de 1996 a 2002, acompanha um crescimento no número de indústria instaladas. Conforme a Tabela 8, no ano de 1996 o estado detinha 7.902 empresas instaladas, no setor secundário, passando, no ano de 2002 a um total de 12.137 unidades, sendo a grande maioria parte integrante da indústria de transformação.

No período pós-real (1995-2001), a indústria de transformação no âmbito nacional, registra um crescimento de apenas 1,6% ao ano, enquanto que o estado de Santa Catarina, no mesmo período, registra um crescimento de 8,85% ao ano. Este crescimento apontado pela indústria de transformação catarinense acima da média nacional, pode ser considerado como um fator que fornece credibilidade ao estado, pois, “também relevante na avaliação

dos fluxos de IDE para Santa Catarina é a própria performance das vendas da indústria” (AMAL *et. al.*, 2002, p. 50).

Tabela 8: Unidades de indústria instaladas em Santa Catarina dos anos de 1996 a 2002 em unidades locais.

Indústria	Anos						
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Indústrias de transformação	7.750	7.843	8.475	9.353	9.793	11.235	11.952
Indústrias extrativas	152	128	153	153	158	175	184
<b>Total</b>	<b>7.902</b>	<b>7.970</b>	<b>8.628</b>	<b>9.506</b>	<b>9.951</b>	<b>11.410</b>	<b>12.137</b>

Fonte: Dados Brutos: IBGE (Pesquisa Industrial Anual – PIA)

Elaboração: própria

Outro fator relevante na investigação da indústria de transformação do estado são os ramos industriais ao qual se destaca. Analisando-se a Tabela 9, observa-se que a indústria catarinense concentra um grande número de unidades nos ramos de alimentos, madeiras, minerais não metálicos (cerâmica) e vestuário. Além disso, o setor de madeira possui uma maior participação relativa, no estado, de 12,82%, enquanto que para estrutura industrial nacional, este percentual cai para 5,77%. As indústrias têxteis e de vestuários, também se destacam na esfera estadual, obtendo uma participação relativa maior do que ocupam na esfera nacional. Quanto às indústrias catarinenses de papel e celulose, borracha e plástico e máquinas, atribui-se um comportamento similar na distribuição entre o país e o estado. A participação relativa destes ramos na atuação local é pouco distinta da compreendida no país.

Conclui-se assim que o comportamento assumido pela indústria de transformação catarinense, tanto no que diz respeito ao crescimento das unidades industriais, quanto à existência de alguns ramos industriais que são potencialmente mais dinâmicos que no restante do país, podem ser considerados como fator determinante para o IDE na economia local.

Conforme discutido no capítulo anterior, os ramos de atividade da indústria que mais captaram IDE, no Brasil, foram: alimentos, produtos químicos, artigos de borracha e plástico, fabricação de máquinas e montagem de veículos. Do montante de US\$34.725,62

milhões de IDE aplicado na economia brasileira no acumulado de 2000, 71% foram direcionado para os setores listados acima. Assim, como pode ser observado na Tabela 9 Santa Catarina acompanha, parcialmente, o dinamismo industrial do país, no que diz respeito a estrutura industrial das áreas de maior atuação do IDE. Porém, o setor de produtos químicos, que foi o maior responsável pela captação de IDE em nível nacional no período, apresenta um crescimento inferior nas indústrias do estado, se comparado ao dinamismo do país, este fator ressalta mais um empecilho para o estado na atração de IDE.

Tabela 9: Distribuição das unidades industriais por setor de atividade no Brasil e Santa Catarina no ano 2002 em percentagem.

Indústria de Transformação	2002	
	BR (%)	SC (%)
Alimentos	16,1	11,9
Fumo	0,1	0,1
Têxtil	3,6	5,3
Vestuário e acessórios	13,0	21,4
Couros e Calçados	4,3	2,0
Madeira	5,7	12,8
Papel e celulose	1,9	1,7
Produtos Químicos	4,4	1,8
Borracha e plástico	4,9	4,1
Minerais não metálicos	8,5	8,1
Metalúrgica	1,7	1,1
Máquinas	5,5	5,4
Materiais Elétricos	1,8	1,1
Eletrônicos	0,7	0,2
Veículos Automotores	2,1	1,2
Transportes	0,5	0,4
Produtos de Metal	9,2	7,4
Outros	15,4	13,4
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados Brutos: IBGE (Pesquisa Industrial Anual – PIA)

Elaboração: própria

Notas: 1) ver anexo III

Mas não só a estrutura industrial deve ser relevante para analisar o desempenho da indústria do estado, o potencial de vendas obtido pela indústria também demonstra a capacidade que o estado possui de gerar riqueza e fornecer solidez para potenciais investidores Segundo Amal *et. al.* (2002), indicadores econômico-financeiros também são considerados relevantes na avaliação das ETNs. Assim, a avaliação da receita líquida das

vendas da indústria pode fornecer a ETN um indicador quanto ao desempenho da economia hospedeira. De um total de R\$ 772.274.579 obtidos pelas vendas líquidas da indústria no país, no ano de 2002, Santa Catarina detêm 33.139.169, ou seja, 4,2%.

Tabela 10: Receita líquida das vendas da indústria no Brasil e Santa Catarina em 2002 em US\$ milhões e em percentagem.

Indústria	2002				
	Setores	Receita Líquida	BR (%)	Receita Líquida	SC (%)
Indústria extrativa		25.945.844	1,9	347.658	1,0
Alimentos		149.515.747	19,8	7.116.930	21,4
Fumo		5.755.169	0,8	405.073	1,2
Têxtil		19.706.809	3,4	2.911.536	8,7
Vestuário e Acessórios		11.505.133	2,4	2.353.530	7,1
Calçados e couros		18.035.273	2,2	346.433	1,0
Madeira		9.578.351	1,0	1.821.836	5,5
Papel e celulose		28.967.827	3,4	2.408.749	7,2
Produtos químicos		100.896.175	12,2	1.043.352	3,1
Borracha e plástico		27.496.566	3,8	2.103.111	6,3
Minerais não-metálicos		24.318.145	3,0	1.689.865	5,1
Metalúrgica básica		53.003.854	5,7	451.456	1,3
Máquinas e equipamentos		43.446.505	6,1	4.021.886	12,1
Materiais Elétricos		18.070.013	2,6	1.455.644	4,3
Eletrônicos		24.697.556	3,5	189.383	0,5
Veículos automotores		67.002.597	9,9	1.238.962	3,7
Transportes		15.291.019	0,9	140.762	0,4
Produtos de metal		25.477.859	3,3	965.681	2,9
Outros		103.564.137	13,3	2.127.321	6,4
<b>TOTAL</b>		<b>772.274.579</b>	<b>100,0</b>	<b>33.139.169</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados Brutos: IBGE (Pesquisa Industrial Anual – PIA)

Elaboração Própria

Santa Catarina apresenta uma receita líquida maior em determinados setores, se comparado à média nacional. De acordo com a Tabela 10, observa-se, de modo geral, que as receitas obtidas pelas indústrias de transformação mostram-se satisfatórias no estado, principalmente nos ramos de alimentos, têxtil, borracha e plástico e máquinas e equipamentos. Estes setores se destacam com uma rentabilidade média, no ano de 2002, bastante superior à média das indústrias nacionais. Porém, o mesmo não acontece com outros setores de atividade, como é o caso dos produtos químicos, que obtém, na média nacional, 12,25% de toda receita gerada pela indústria no ano, enquanto que em Santa

Catarina este percentual cai para 3,15%. Esta mesma disparidade apresentada ocorre no ramo de montagens de automóveis, cujo estado detém uma participação muito inferior se comparado à indústria nacional.

A avaliação quanto ao desempenho da indústria catarinense demonstra que apesar de o estado possuir uma estrutura industrial diversificada, com um dinamismo muitas vezes superior à média nacional, este não foi capaz de absorver volumes expressivos de IDE. A resposta para este comportamento pode ser encontrada no baixo dinamismo do setor de serviços. A partir do ano de 2004 as atividades industriais passam a ser, novamente, o foco do IDE, deixando o setor de serviços em segundo lugar. Este pode ser um fator de caráter dinâmico para o estado de Santa Catarina, visto que o setor de serviços não se mostra muito desenvolvido no estado.

#### **4.3 A participação do estado de Santa Catarina no total dos fluxos de IDE para o país.**

Observado o potencial do estado de Santa Catarina, em relação ao parque industrial formado e o potencial de lucro oferecido nas indústrias instaladas, pode-se tentar quantificar os principais países responsáveis pela aplicação de IDE na economia local. Contudo, seria necessário desagregar os dados nacionais de investimento direto externo em nível local. Infelizmente, os resultados do Censo de Capitais Estrangeiros do Banco Central do Brasil somente elaborou esta distribuição setorial do IDE, sobre unidade de federação e origem dos recursos, nos anos de 1995 e 2000. Desta forma, a dificuldade de quantificação do volume de IDE para o estado de Santa Catarina dificultou o desenvolvimento e precisão de resultados do estudo. Entretanto, buscou-se outras alternativas para quantificar, ou pelo menos aproximar-se do volume de IDE no estado.

De acordo Amal *et. al.* (2002), a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico do Estado de Santa Catarina, através do Programa de Desenvolvimento Econômico (PRODEC), auxiliou algumas ETNs ao adentrarem no estado. Utilizando os dados do PRODEC, obteve-se resultados quanto ao volume de IDE aplicado em Santa Catarina no ano de 2001, conforme descrito na Tabela 11. Pode-se observar que a França

foi o país que mais investiu no estado de Santa Catarina, no ano 2001, com um montante de R\$820.000, representando 56,8% de todo IDE realizado com o apoio do PRODEC.<sup>21</sup>

No ano 2000 o volume de IDE direcionado a economia catarinense representava apenas 0,6% do total direcionado a economia brasileira. Já no ano seguinte, o volume de investimento direto externo experimentado pela economia brasileira foi de US\$21.041,70 milhões. A tabela 11 nos fornece uma aproximação do montante de IDE aplicado no estado catarinense no ano de 2001, cerca de US\$602.489,23 mil <sup>22</sup>. Desta comparação, pode-se perceber que o fluxo de IDE, neste ano, representou 2,86% do montante nacional. Este percentual representa um forte incremento de IDE na economia local, que diante do potencial apresentado pela indústria catarinense, conforme explicitado anteriormente, pode representar uma mudança nos fluxos de investimentos externos diretos ao estado nos anos seguintes.

Tabela 11: Investimento direto externo por país de origem com apoio do PRODEC em Santa Catarina no ano 2001 em R\$ mil e em percentagem.

<b>Ano 2001</b>		
<b>Países</b>	<b>Fluxo</b>	<b>(%)</b>
França	820.000	58,60
Argentina	267.378	19,30
Chile	180.000	12,80
Itália	56.862	4,10
Estados Unidos	35.169	2,50
Espanha	17.767	1,20
Portugal	11.159	0,80
Países Baixos	9.500	0,70
<b>Total</b>	<b>1.397.775</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SDE – PRODEC/SC – In Amal (2002)

Elaboração: Própria (adaptação da tabela da p. 56)

O estoque de IDE no ano 2000, coloca o setor de serviços em posição privilegiada na atração de IDE, deixando a indústria em segundo plano. Isto, por sua vez, caracteriza-se

<sup>21</sup> O volume de IDE fornecido pelos dados do PRODEC, não evidenciam por completo o volume de IDE no estado, pois só exprime o volume das empresas que utilizam o programa. Segundo Amal (2002), outra restrição é imposta ao uso dos dados do PRODEC para explicitar o IDE, pois o ingresso de capital das ETNs beneficiadas pelo programa muitas vezes ultrapassam o período de um ano.

<sup>22</sup> O dado do volume de IDE para Santa Catarina foi extraído da tabela 11. A taxa de câmbio utilizada para fazer a conversão do Real para o Dólar foi retirada do Banco Central (dia 31/12/2001), US\$2,32.



como um entrave para a economia local. A partir do ano de 2001, a proporção do IDE entrante no setor de serviços diminui consideravelmente, chegando a reverter-se no ano de 2004, período no qual a indústria passa a ser a maior receptora dos fluxos. A tendência de aumento do IDE no setor industrial pode elevar ainda mais o volume de IDE no estado, devido ao potencial apresentado pelo mesmo em determinados ramos.

Outro fator relevante na avaliação do IDE presente no estado de Santa Catarina é a participação de cinco empresas multinacionais com sede em Santa Catarina entre as 500 maiores da Revista Exame, no ano 2001 (AMAL *et. al.* 2002). Conforme evidencia a Tabela 12, dentre as maiores multinacionais, o setor que mais se destaca é o de alimentos, cujo possui uma representatividade forte na atração de IDE e possui um desempenho significativo no estado.

Tabela 12: Empresas Multinacionais entre as 500 maiores com sede em Santa Catarina no 2001.

<b>Empresa</b>	<b>Setor</b>	<b>País de origem</b>	<b>Vendas (Em US\$ Milhões)</b>
Bungue Alimentos	Alimentos	Bermudas	2.591,70
Tractebel energia	Serviços Públicos	Bélgica	962,10
Seara	Alimentos	Bermudas	575,90
Embraco	Mecânica	EUA	399,40
Chapécó	Alimentos	Argentina	307,60

Fonte: Revista Exame, Melhores e Maiores, jul/2002.

Elaboração: própria (adaptação da tabela da p. 56).

Diante do exposto, constata-se que Santa Catarina possui uma economia em desenvolvimento. O estado detém características regionais que favorecem a produção nas diferentes áreas da indústria, com destaque para determinados setores. Este comportamento pode ser atribuído ao próprio desempenho da indústria no estado, que apresenta um crescimento razoável, e sustentado ao longo do período. Outro fator de suma importância para a avaliação do dinamismo da indústria catarinense é a rentabilidade que estas apresentam acima da média nacional. Porém, estas características não foram suficientes para garantir ao estado a participação expressiva na captação dos volumosos fluxos de IDE destinados ao interior da economia brasileira após a segunda metade da década de 90.

A maior parte dos fluxos de investimentos diretos, absorvidos pela economia brasileira, acabou concentrando-se no setor de serviços, tendo a indústria como segundo plano. O estado de Santa Catarina não apresenta um setor de serviços muito dinâmico, e este fato contribuiu para que o estado tenha ficado fora dos volumosos fluxos de capital externo do período.

A concentração de IDE na região sudeste do país, mais especificamente, no estado de São Paulo, também pode ter contribuído para que o estado de Santa Catarina tenha ficado à margem do montante de IDE experimentado pela economia brasileira. O estado de São Paulo detém mais de 60% do IDE aplicado no país no período, conforme demonstrado anteriormente. O forte dinamismo econômico apresentado, tanto no âmbito industrial, quanto nos setores de serviços, garantiu à região o centro econômico do processo de privatização expressos na forma de F&A.

As características apontadas não colocam o estado de Santa Catarina numa posição privilegiada quanto à atração de IDE. Porém, a partir do ano 2000 a economia brasileira acompanha uma desaceleração dos fluxos de IDE direcionados ao setor de serviços, e uma reversão, já no ano de 2004, para o setor industrial. O novo comportamento do IDE poderia contribuir para que a economia catarinense experimentasse volumes maiores de IDE, visto que o setor industrial catarinense apresenta-se mais desenvolvido que o setor de serviços. Infelizmente, a ausência de dados não permitiu elaborar um estudo preciso do comportamento do IDE no estado de Santa Catarina a partir dos novos acontecimentos.

## CONCLUSÃO

As mudanças ocorridas no cenário mundial levaram a economia brasileira a entrar na rota da surpreendente expansão dos fluxos de internacionais de capitais ao longo da década de 90. Em termos gerais, a economia internacional experimentou algumas crises no seu padrão de financiamento, que resultaram em grandes mudanças no tratamento dado aos fluxos de investimentos internacionais. A preocupação com o crescimento sustentado dos países, assombrados pela depressão, moldaram o direcionamento dos investimentos. Ocorre, assim, no mercado mundial um esforço liberalizante das economias a fim de promover a expansão do comércio mundial e as quedas nas barreiras que impediam o livre comércio, o resultado é uma forte expansão dos fluxos internacionais de investimentos, tanto na forma de investimento direto externo, quanto de investimentos de *potfólio*.

Sob os auspícios liberalizantes o destino dos fluxos internacionais de capitais, sob a forma de IDE, mantiveram suas aplicações nos países desenvolvidos. Posteriormente, os países em desenvolvimento conquistariam o seu espaço, se tornando, também, alvo do elevado montante de IDE. A partir da década de 90, a maioria dos países da América Latina, por exemplo, já haviam organizado suas economias de acordo com a cartilha imposta pelos planos de ajuste da dívida externa. O FMI, através dos Planos Baker (1985) e Plano Brady (1989), renegociou volumosos empréstimos e conduziu os países em desenvolvimento, a adotarem um pacote de medidas, envolvendo liberalização das economias, privatização, abertura comercial e cortes nas despesas do governo, que mais tarde resultariam na entrada em larga escala de IDE, como é o caso do Brasil. .

A economia brasileira esteve inserida neste processo de renegociação da dívida externa, e conseqüentemente, adotou as regras impostas pelo pacote de medidas do FMI. O processo de abertura da economia brasileira baseou-se na derrubada das barreiras tarifárias e não tarifárias, abrindo assim, seus mercados aos principais agentes investidores internacionais, as empresas transnacionais.

As ETNs avaliam o desempenho dos países, receptores de seus investimentos, ao internacionalizar sua produção. O Brasil, a partir da implantação do Plano Real em 1994, forneceu aos investidores internacionais a confiabilidade necessária para que eles pudessem investir em solo brasileiro. O plano consistia na queda das altas taxas de inflação, além de

adotar uma política de sobrevalorização da taxa de câmbio. A solvência macroeconômica apresentada pelo país, após a implantação do Plano Real, juntamente, a outros determinantes avaliados pelas ETNs, como, por exemplo, vantagens locacionais, tamanho do mercado e seu potencial de crescimento, levaram o país, a partir da segunda metade da década de 90, a absorver um montante de IDE muito superior aos até então apresentados. Esta nova onda de investimento, a nível mundial, é expressa, principalmente, pelas operações de fusões e aquisições. No Brasil o tratamento dado às empresas transnacionais, em grande parte contribuiu para o crescente processo de privatização, e desnacionalização da economia.

O resultado da implantação de um plano de estabilização, ancorado na valorização da taxa de câmbio alterou a balança comercial brasileira. O barateamento das importações, promovidas pela apreciação do câmbio contribuiu para a queda dos preços e para a deterioração das exportações. A facilidade em importar produtos de bens de consumo, e matérias primas, contribuiu debilitade do parque industrial no período. Grande parte do capital externo entrou no país através do processo de privatização e sob forma de F&A. Muitas vezes esta forma de IDE, não representa a aplicação real de um investimento novo e sim a troca de um ativo.

A entrada de capital externo, sob a forma de IDE, na economia brasileira, foi tão expressiva a partir da segunda metade da década de 90, que colocou o Brasil como um dos maiores receptores de IDE, dentre os países em desenvolvimento. Destaque para o intenso processo de privatizações, principalmente, nas áreas de telecomunicações e energia elétrica.

Historicamente, os Estados Unidos e a Alemanha são os principais responsáveis pelos maiores volumes de IDE destinado à economia brasileira. Porém, a partir de 1995, quando o país experimenta o aumento considerável dos fluxos de IDE, outros países também se mostram potenciais aplicadores de IDE no país, como é caso da Espanha e da Holanda.

No que diz respeito ao destino de aplicação do IDE, até 1995 o setor industrial era responsável pela maior parcela, representando 66,9% do montante injetado na economia brasileira. No entanto, a partir da segunda metade da década de 90 o IDE toma um novo rumo. O setor de serviços, no estoque acumulado de 1996 a 2000, passa a ser o grande receptor de IDE, colocando a indústria em segundo plano.

Observado o destino do investimento direto externo no país e a forma como este se distribui nos diferentes ramos industriais e de serviços, pode-se notar que grande parte deste capital concentrou-se na região sudeste do país, mais especificamente, no estado de São Paulo. A razão pode ser atribuída ao potencial nos diferentes setores que o estado possui, e ao seu mercado doméstico atraente. O estado de Santa Catarina mesmo não estando na direção dos grandes fluxos de investimentos externos, também, foi responsável por uma pequena parcela na atração do IDE para o país.

O comportamento do IDE no interior da economia catarinense de acordo com os dados fornecidos pelos dois Censos de Capitais Estrangeiros do Banco Central do Brasil, anos base 1995 e 2000, mostraram certa regularidade. Ressalta-se, no entanto que, apesar do estado não ter se destacado na atração do IDE, este possui características importantes que o colocariam como um grande receptor.

A indústria catarinense apresenta uma taxa de crescimento atraente em determinados setores, inclusive em ramos industriais que fizeram parte da pauta de IDE aplicados no Brasil, como, por exemplo, o setor de alimentos, o qual, no ano de 2004, chega a ser o setor que detém a maior parcela dos IDE aplicado na economia brasileira.

Sabendo que a maior parte do IDE que ingressou no país a partir da segunda metade da década de 90, é direcionada ao setor de serviços, e que o estado catarinense não apresenta as mesmas características, este pode ser um dos fatores que explicaria a ausência de parcelas de IDE mais significativas no território catarinense. Todavia o estudo enfrentou sérias limitações que impediram a quantificação exata dos montantes de IDEs direcionados ao estado de Santa Catarina após o ano 2000. Deste modo, acredita-se que o comportamento do IDE possa ter sofrido variações no interior do estado, a partir deste ano, de forma a colocar a economia catarinense em uma posição mais privilegiada frente aos investimentos diretos. Assim sendo, o potencial apresentado pela economia catarinense na indústria de transformação, pode ser um dos fatores que elevaria a capacidade do estado em captar volumes maiores de IDE, visto que a partir do ano de 2004, ocorre uma desaceleração nos fluxos de investimentos diretos ao setor de serviços, e um redirecionamento para o setor industrial no interior da economia nacional.

Devido a intenso concentração do IDE na região sudeste do país, a distribuição mais igualitária dos montantes de investimentos diretos fica comprometida. Para que o estado de

Santa Catarina possa absorver quantidades mais significativas de investimento direto externo, seria necessário elaborar políticas locais que favorecessem sua atração. Além de criar um ambiente mais dinâmico no setor de serviços. No que concerne à indústria, a economia catarinense apresenta-se potencialmente apta a captar volumes mais expressivos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Arlete. **Análise do fluxo do investimento direto estrangeiro no Brasil na década de 90**. 2000. 86 f. (Trabalho de conclusão de curso)-Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

AMAL, Mohamed. **Os determinantes do investimento direto externo no Brasil**. 2000. 106 p. (Tese de Pós-Graduação em Economia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

AMAL, Mohamed; SEABRA, Fernando. Investimento direto externo: a evidência brasileira e catarinense na década de 1990. In: CARIO, Sílvio A. F.; PERERIRA, Laércio B.; SCHUNEMANN, Achilles J. (Org.). **Características da estrutura de mercado e do padrão de concorrência de setores industriais selecionados de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, Programa de Pós Graduação em Economia, 2002.

BACEN. Censo de capitais estrangeiros: Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em 10 mar. 2005.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C.; NAKANO, Yoshiaki. 'Crescimento econômico com poupança externa?'. Revista de Economia Política. São Paulo, 2003. vol.23, n° 2 (90), abr-jun.

CARIO, Sílvio A. F.; ALEXANDRE, Arlete; VOIDILA, Tânia M. **Investimento direto externo na economia brasileira nos anos 90: Significado, alcance e conseqüências ao desenvolvimento**. Florianópolis, 2003. p. 103-137.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: A economia brasileira no último quarto de século XX**. São Paulo: Unesp, 2002.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xanã, 1996.

COUTINHO, Luciano G. A fragilidade do Brasil em face da globalização. In: BAUMANN, Renato. (Org.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus; SOBEET, 1996. p. 219-237.

-----, O desempenho da indústria sob o Real. In: MERCADANTE, Aloísio (Org.). **O Brasil pós-Real: a política econômica em debate**. São Paulo: Unicamp, 1998.

CUNHA, Idaulo J. Dinâmica demográfica e desenvolvimento industrial em Santa Catarina. In: SIEBERT, Claudia (Org.). **Desenvolvimento regional em Santa Catarina**. Blumenau: Edifurb, 2001.

FERRAZ, Carlos J.; LOOTY, Mariana. Fusões, aquisições e internacionalização patrimonial no Brasil nos anos 90. In VEIGA, Pedro da Motta (Org). **O Brasil e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; São Paulo: SOBEET, 2000. p. 39-63.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 206 p. 1989.

GOULARTI Fº, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

GONÇALVES, Reinaldo; BAUMANN, Renato; PRADO, Luiz C. D.; CANUTO, Otaviano. **A nova economia internacional: Uma perspectiva Brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 2º ed. 392p. 1998.

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

----- **O nó econômico**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HIRT, P.; THOMPSON, G. **Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

IBGE. Pesquisa industrial anual. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 12 abr. 2005.

IEDI. 'O investimento estrangeiro na economia brasileira e o investimento de empresas brasileiras no exterior'. 2003. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>.



LACERDA, Antônio C. Políticas de competitividade para a atração e indução de investimentos diretos estrangeiros no Brasil. BENECKE, Dieter W.; NASCIMENTO, Renata (Orgs.). **Opções de política econômica para o Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

LACERDA, Antônio C. 'Empresas transnacionais, investimentos diretos estrangeiros e exportações na economia brasileira na década de 90'. Economia Aplicada. São Paulo, 2004. vol. 8, n° 4, abr-jun.

LAPLANE, M. F.; SARTI, F. 'Investimento direto estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90'. Economia e Sociedade, Revista do Instituto de Economia da Unicamp, n. 8, 1997.

MATEI, Lauro. 'Panorama atual do desenvolvimento sócio-econômico catarinense'. 1999.

MORAES, Orozimbo José de. **Investimento direto estrangeiro no Brasil**. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

NICOLAU, José Antônio. A indústria catarinense na década de 1990 em busca do novo ciclo de crescimento. In: CARIO, Sílvio A. F.; PERERIRA, Laércio B.; SCHUNEMANN, Achiles J. (Orgs.). **Características da estrutura de mercado e do padrão de concorrência de setores industriais selecionados de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, Programa de Pós Graduação em Economia, 2002.

NONNENBERG, Marcelo J. B.; MENDONÇA, Mário J. C. de. Determinantes dos investimentos diretos externos em países em desenvolvimento. IPEA, texto para discussão n° 1016. Rio de Janeiro, 2004.. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 04 de mai. 2005

SOLIANI, A. Investimento produtivo cai pelo terceiro ano na AL. Folha de São Paulo. Folha dinheiro. São Paulo. Pág. B1. 14 de junho de 2004.

ROBERTS, Richard. **Por dentro das finanças internacionais**: guia prático dos mercados e instituições financeiras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

RODRIGUES, Waldecy; LUCENA, Andréa Freire de. Políticas de comércio exterior e o desempenho das exportações brasileiras In: BENECKE, Dieter W.; NASCIMENTO, Renata (Orgs.). **Opções de política econômica para o Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

RUDIO, Franz Vitor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis, Vozes, 124 p. 1985.

VOIDILA, T. M. **Características do investimento direto externo na economia brasileira**. 2003. 110 f. (Trabalho de conclusão de curso)-Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

WILLIAMSON, John. **A economia aberta e a economia mundial: um texto de economia internacional**. Rio de Janeiro, 1996.

## **ANEXOS**

Anexo 1: Investimento direto externo no Brasil por país de origem nos anos de 1990 a 1995 e 1996 a 2000 em US\$ milhões e em percentagem.

Países	31/12/1995		1996		1997		1998		1999**		2000**	
	Estoque	%	Fluxo	%	Fluxo	%	Fluxo	%	Fluxo	%	Fluxo	%
Alemanha	5.828,0	13,9	212,0	2,7	195,9	1,2	412,7	1,7	480,8	1,7	374,5	1,2
Argentina	393,5	0,9	30,0	0,3	186,8	1,2	113,3	0,4	87,7	0,3	112,7	0,3
Bélgica	558,2	1,3	111,4	1,4	135,6	0,8	950,4	4,0	62,1	0,2	384,4	1,2
Canadá	1.818,9	4,3	118,5	1,5	66,2	0,4	278,6	1,2	445,3	1,6	192,8	0,6
Espanha	251,0	0,6	586,6	7,6	545,7	3,5	5.120,2	22,0	5.702,2	20,6	9.592,8	32,1
Estados Unidos	10.852,1	26,0	1.975,3	25,7	4.382,3	28,6	4.692,4	20,1	8.087,6	29,3	5.398,7	18,0
França	2.031,4	4,8	969,9	12,6	1.235,2	8,0	1.805,3	7,7	1.982,1	7,1	1.909,7	6,3
Itália	1.258,5	3,0	12,3	0,1	57,4	0,3	646,6	2,7	408,5	1,4	488,0	1,6
Japão	2.658,5	6,3	192,1	2,5	342,1	2,2	277,7	1,1	274,2	0,9	384,7	1,2
Portugal	106,6	0,2	202,6	2,6	681,0	4,4	1.755,1	7,5	2.409,4	8,7	2.514,8	8,4
Reino Unido	1.862,6	4,4	91,4	1,1	182,5	1,1	127,9	0,5	1.268,8	4,6	393,7	1,3
Holanda	1.545,8	3,7	526,7	6,8	1.487,8	9,7	3.364,9	14,4	2.042,4	7,4	2.228,0	7,4
Suécia	567,1	1,3	126,0	1,6	268,6	1,7	239,2	1,0	315,2	1,1	628,6	2,1
Suíça	2.815,3	6,7	108,7	1,4	81,1	0,5	217,0	0,9	404,5	1,4	306,8	1,0
Paraísos Fiscais*	3.155,6	7,5	1.125,2	14,6	4.086,4	26,6	2.161,6	9,2	2.705,0	9,8	2.761,8	9,2
Demais países	5.991,9	14,3	1.276,0	16,6	1.375,7	8,9	1.107,2	4,7	895,4	3,2	2.203,8	7,3
<b>Total</b>	<b>41.695,6</b>	<b>100,0</b>	<b>7.665,5</b>	<b>100,0</b>	<b>15.310,9</b>	<b>100,0</b>	<b>23.270,7</b>	<b>100,0</b>	<b>27.571,9</b>	<b>100,0</b>	<b>29.876,3</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco Central do Brasil

(\*) Paraísos Fiscais: Ilhas Virgens, Ilhas Cayamnn, Ilhas Bahamas e Bermudas.

(\*\*) Inclui conversões para investimentos diretos

Anexo 2: Distribuição do IDE por atividade econômica de aplicação dos recursos e estoque dos anos 1995 e 2000 e ingressos de 2001 a 2004 em US\$ milhões.

Atividade Econômica	Estoques		Ingressos			
	1995	2000	2001	2002	2003	2004
<b>Agricultura, pecuária e extrativa mineral</b>	<b>924,9</b>	<b>2.401,0</b>	<b>1.493,5</b>	<b>637,8</b>	<b>1.487,0</b>	<b>1.072,8</b>
Agricultura, pecuária e serviços relacionados com estas atividades	207,2	288,1	32,3	50,4	170,4	166,2
Extração de petróleo e serviços correlatos	72,0	1.022,4	1.359,8	508,2	364,6	285,1
Outros	645,7	1.090,4	101,2	79,1	951,9	621,3
<b>Indústria</b>	<b>27.907,0</b>	<b>34.725,6</b>	<b>7.000,9</b>	<b>7.555,3</b>	<b>4.506,0</b>	<b>10.707,8</b>
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	2.827,5	4.618,6	562,7	1.872,7	409,3	5.345,4
Fabricação de produtos químicos	5.331,1	6.042,7	1.546,1	1.573,1	915,6	1.362,9
Fabricação de artigos de borracha e plástico	1.538,6	1.781,9	176,1	182,6	204,5	134,1
Metalurgia básica	3.004,9	2.513,3	431,0	138,4	349,8	817,1
Fabricação de máquinas e equipamentos	2.345,2	3.324,3	344,2	390,7	256,0	313,0
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	4.837,7	6.351,3	1.549,8	1.757,2	965,3	850,3
Outros	8.021,9	10.093,2	2.390,7	1.640,4	1.405,2	1.884,7
<b>Serviços</b>	<b>12.863,5</b>	<b>65.887,8</b>	<b>12.547,1</b>	<b>10.585,1</b>	<b>6.909,3</b>	<b>8.484,7</b>
Eletricidade, gás e água quente	0,2	7.116,3	1.441,5	1.534,1	649,4	1.179,6
Comércio por atacado e intermediários do comércio	2.132,2	5.918,0	545,1	570,7	413,1	648,9
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	669,1	3.892,9	899,6	863,1	399,8	543,9
Correio e telecomunicações	398,7	18.761,5	4.130,4	4.190,4	2.809,0	2.970,4
Intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada	1.638,3	10.671,2	1.974,9	1.172,1	386,3	846,6
Atividades da intermediação financeira	390,4	1.487,8	147,7	98,6	218,6	93,6
Atividades imobiliárias	1.109,2	798,0	187,3	196,7	189,1	145,5
Atividades de informática e conexas	115,1	2.542,9	720,2	224,9	159,5	80,1
Pesquisa e desenvolvimento	5,5	734,9	0,6	0,7	0,6	50,2
Atividades recreativas, culturais e desportivas	15,2	353,4	219,5	54,6	35,0	152,7
Construção	202,6	415,6	263,9	147,9	177,7	323,9
Serviços prestados principalmente às empresas	4.952,7	11.018,5	696,9	791,3	830,6	883,7
Outros	1.233,9	2.176,2	1.318,9	739,6	640,1	565,1
<b>Total</b>	<b>41.695,6</b>	<b>103.014,5</b>	<b>21.041,7</b>	<b>18.778,3</b>	<b>12.902,4</b>	<b>20.265,3</b>

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração própria.

Notas: 1) Dados de Censo de Capital Estrangeiros (Datas Base 1995 e 2000)

Conversões pela cotação do último dia útil do respectivo período.

Segundo a atividade econômica principal.

2) Ingressos de investimentos e conversões de empréstimos e financiamentos em investimento direto

Conversões em dólares às paridades históricas

Anexo 3: Distribuição das unidades industriais por setor de atividade no Brasil e Santa Catarina no ano de 2002 em unidades e em percentagem.

Indústria de Transformação	2002			
	Brasil		Santa Catarina	
	Setores	Unidades	%	Unidades
Alimentos	23.577	16,12	1.427	11,94
Fumo	211	0,14	12	0,10
Têxtil	5.366	3,67	636	5,32
Vestuário e acessórios	19.029	13,01	2.562	21,44
Couros e Calçados	6.374	4,36	239	2,00
Madeira	8.445	5,77	1.532	12,82
Papel	2.893	1,98	208	1,74
Produtos Químicos	6.442	4,40	215	1,80
Borracha e plástico	7.241	4,95	496	4,15
Minerais não metálicos	12.446	8,51	973	8,14
Metalúrgica	2.531	1,73	139	1,16
Máquinas	8.042	5,50	647	5,41
Materiais Elétricos	2.750	1,88	142	1,19
Eletrônicos	1.039	0,71	27	0,23
Veículos Automotores	3.074	2,10	144	1,20
Transportes	787	0,54	48	0,40
Produtos de Metal	13.473	9,21	895	7,49
Outros	22.544	15,41	1.610	13,47
<b>Total</b>	<b>146.264</b>	<b>100,00</b>	<b>11.952</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados Brutos: IBGE (Pesquisa Industrial Anual – PIA)  
Elaboração própria.

